**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

# PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS
# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

**MARÇO/2011**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

# PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS
# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**Porto Alegre - RS, 31/03/2011**

## LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

**CGU – Controladoria Geral da União**

**CRH – Coordenação de Recursos Humanos**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal**

**DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial**

**DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**

**DN – Decisão Normativa**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PPA – Plano Plurianual**

**PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**

**SELOG – Setor de Administração e Logística Policial**

**SR/DPF/RS - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul**

**RG – Relatório de Gestão**

**SELOG – Setor de Administração e Logística Policial**

**SETEC - Setor Técnico-Científico**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

**UO – Unidade Orçamentária**

**UTEC – Unidade Técnico-Científica**

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS


Quadro I – Organograma Funcional....9

Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada....12

Quadro III - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações....21

Quadro IV – Gráfico das Despesas Empenhadas no Programa 0662....22

Quadro V - Dados Gerais da Ação 2679....22

Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade....23

Quadro VII - Controle de produtos químicos realizado pela DRE/SR/DPF/RS....23

Quadro VIII - Dados Gerais da Ação 2720....23

Quadro IX - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade....24

Quadro X – Gráfico com Dados da Ação 2720....24

Quadro XI - Dados Gerais da Ação 2726....25

Quadro XII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade....25

Quadro XIII - Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/RS por área de exame....27

Quadro XIV - Produção de laudos da UTEC/DPF/PFO/RS por área de exame....27

Quadro XV - Produção de laudos da UTEC/DPF/SMA/RS por área de exame....28

Quadro XVI - Produção de laudos da UTEC/DPF/PTS/RS por área de exame....28

Quadro XVII - Dados Gerais da Ação 4572....29

Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade....29

Quadro XIX - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2010....30

Quadro XX – Dados do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI..31

Quadro XXI – Gráfico das Despesas Empenhadas do Programa 1453....32

Quadro XXII - Dados Gerais da Ação 8375....32

Quadro XXIII - Execução Financeira da Ação 8375 realizada pela Unidade....32

Quadro XXIV - Dados Gerais da Ação 8855....33

Quadro XXV - Execução Financeira da Ação 8855 realizada pela Unidade....33

Quadro XXVI – Gráfico sobre a Execução da Ação 8855....34

Quadro XXVII - Dados Gerais da Ação 8858 .....34

Quadro XXVIII - Execução Financeira da Ação 8858 realizada pela Unidade.....34

Quadro XXIX - Dados Gerais da Ação 8858.....35

Quadro XXX - Execução Financeira da Ação 20EV realizada pela Unidade .....35

Quadro XXXI – Gráfico sobre a Execução da Ação 20EV .....35

Quadro XXXII – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....37

Quadro XXXIII - Dados Gerais da Ação 2000 .....38

Quadro XXXIV - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro....38

Quadro XXXV - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Funapol ....38

Quadro XXXVI – Gráfico sobre a Execução da Ação 2000 na Unidade Gestora Tesouro.....39

Quadro XXVII - Dados do Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social.....40

Quadro XXXVIII - Dados Gerais da Ação 8452 .....40

Quadro XXXIX - Execução Financeira da Ação 8452 realizada pela Unidade .....41

Quadro XL - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....41

Quadro XLI - Dados Gerais da Operação Especial 0181.....42

Quadro XLII - Execução Financeira da Operação Especial 0181 realizada pela Unidade.....42

Quadro XLIII - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade.....43

Quadro XLIV - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade .....45

Quadro XLV - Despesas por Modalidade de Contratação.....45

Quadro XLVI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos .....46

Quadro XLVII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....47

Quadro XLVIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....56

Quadro XLIX - Composição do Quadro de Recursos Humanos .....58

Quadro L – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....59

Quadro LI - Quadro de Instituidores de Pensão.....59

Quadro LII - Composição do Quadro de Estagiários.....59

Quadro LIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....60

Quadro LIV - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....61

Quadro LV - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra .....62

Quadro LVI - Declaração do Responsável pela Área de Contratos .....68

Quadro LVII - Estrutura de controles internos da UJ .....69

Quadro LVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....71

Quadro LIX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..73

Quadro LX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....73

Quadro LXI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade.....74

Quadro LXII - Gestão de TI da UJ.....76

Quadro LXIII – Despesas pagas mediante suprimento de fundos .....77

Quadro LXIV - Declaração do Contador Responsável.....84

Quadro LXV - Informações sobre a utilização da videoconferência no DPF.....85

Quadro LXVI - Informações sobre a utilização do VOIP no DPF .....86

Quadro LXVII – Notícia sobre a utilização do e-proc na Unidade Jurisdicionada.....87

Quadro LXVIII – Certificação de nível de gestão da UJ baseado no modelo “GesPública” .....88

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO ..... 8
1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO ..... 12
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ..... 13
2.1) Responsabilidades institucionais ..... 13
2.1.1) Competência institucional ..... 13
2.1.2) Objetivos estratégicos ..... 14
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais ..... 15
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2010 ..... 15
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2010 ..... 18
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade ..... 20
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ ..... 20
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro ..... 45
2.4.1) Programação orçamentária da despesa ..... 45
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa ..... 45
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ ..... 45
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação ..... 45
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação ..... 45
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação ..... 46
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação ..... 47
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada ..... 50
2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais ..... 50
2.4.3.2) Número de Mandados de Prisão Cumpridos nas Grandes Operações Policiais ..... 51
2.4.3.3) Valor estimado das apreensões realizadas nas Grandes Operações Policiais ..... 52
2.4.3.4) Impacto estimado das fraudes que foram alvo das Grandes Operações Policiais ..... 53
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS ..... 55
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ..... 56
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores ..... 56
5. RECURSOS HUMANOS ..... 58
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos ..... 58
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas ..... 58
5.3) Composição do Quadro de Estagiários ..... 59
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra ..... 60
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos ..... 62
6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS ..... 67
7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV ..... 68
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DA LEI Nº 8.730/1993 ..... 68
9. CONTROLES INTERNOS ..... 69
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ..... 71
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis ..... 71
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO ..... 73
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial ..... 73
11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob responsabilidade da Unidade Jurisdicionada ..... 75

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....75
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES LEGAIS .....77
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA .....77
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO .....78
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício .....78
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....78
15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício .....78
15.4) Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício.....78
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO .....78
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE .....78
17.1) Dificuldades enfrentadas na gestão da Unidade.....78
17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos .....79
17.2.2) Programa Carbono Neutro.....81
17.2.3) Implantação do Sistema “e-PROC” – Processo Eletrônico.....82
17.2.4) Outros fatores positivos nas aquisições e melhorias na estrutura geral de atendimento da Unidade Jurisdicionada .....82
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....84
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL .....84
ANEXOS.....85

# INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2010 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com dezessete itens) e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item), do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 277/2010, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório.

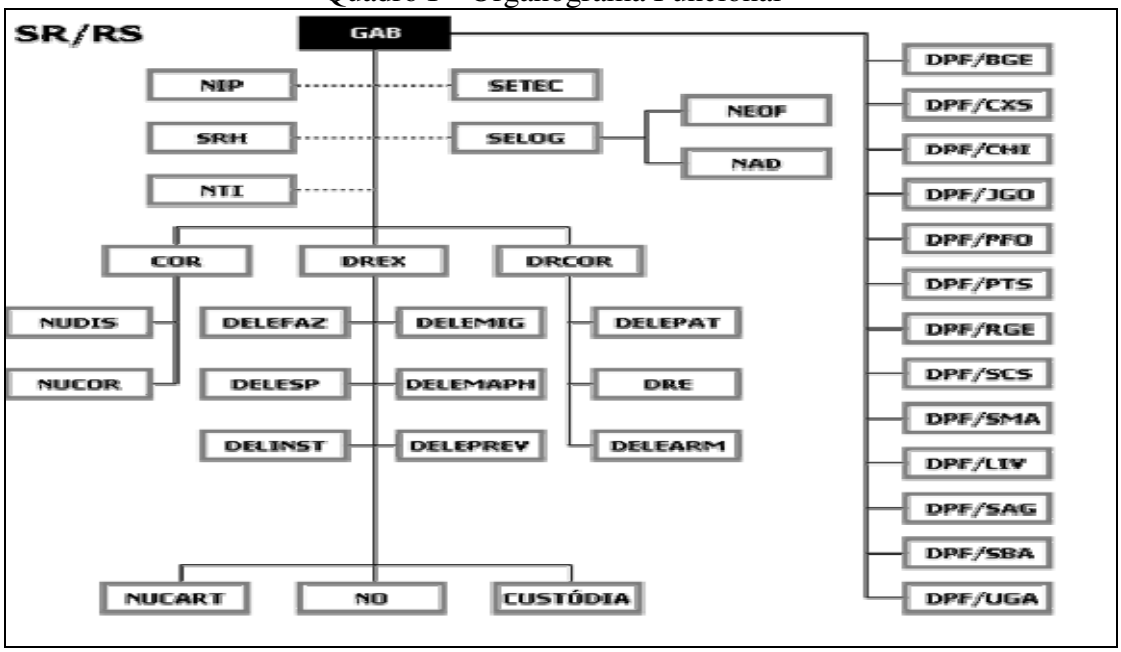
O quadro II. C.2, previsto no Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 107/2010, constará no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre Previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no SIGPLAN.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II. C.1 e II.C.6 e Parte D do Anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional.

Os itens da parte C do Anexo II da DN TCU nº 107/2010, referentes a demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda (item 4), informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais (item 16), avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos (item 31), relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade (quadro II.C.3), providências adotadas para a substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (quadro II.C.3), apesar de se aplicarem à natureza jurídica da Unidade, são informados pelo órgão central da Unidade Jurisdicionada em pauta.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul está estruturada em quatorze (14) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Porto Alegre - constituída por Núcleos, Setores e Delegacias Especializadas -, bem como pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado: Bagé, Caxias do Sul, Chuí, Jaguarão, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana.

Quadro I – Organograma Funcional




Conforme o Quadro I, a Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul compõe-se de:

**1. GABINETE SR/DPF/RS**

1.1 Núcleo de Inteligência Policial - NIP
1.2 Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI
1.3 Setor de Recursos Humanos - SRH
1.4 Setor Técnico Científico - SETEC
1.5 Setor de Logística Policial – SELOG
1.6 Delegacia da Polícia Federal em Bagé – DPF/BGE/RS
1.7 Delegacia de Polícia Federal em Caxias do Sul – DPF/CXS/RS
1.8 Delegacia de Polícia Federal no Chuí – DPF/CHI/RS
1.9 Delegacia da Polícia Federal em Jaguarão – DPF/JGO/RS
1.10 Delegacia da Polícia Federal em Passo Fundo – DPF/PFO/RS
1.11 Delegacia da Polícia Federal em Pelotas – DPF/PTS/RS
1.12 Delegacia da Polícia Federal em Rio Grande – DPF/RGE/RS
1.13 Delegacia da Polícia Federal em Santa Cruz do Sul – DPF/SCS/RS
1.14 Delegacia da Polícia Federal em Santa Maria – DPF/SMA/RS
1.15 Delegacia da Polícia Federal em Santana do Livramento – DPF/LIV/RS
1.16 Delegacia da Polícia Federal em Santo Ângelo – DPF/SAG/RS
1.17 Delegacia da Polícia Federal em São Borja – DPF/SBA/RS
1.18 Delegacia da Polícia Federal em Uruguaiana – DPF/UGA/RS

**2. DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX**

2.1 Núcleo de Operações - NO
2.2 Núcleo de Cartório - NUCART
2.3 Delegacia de Dia - DELEDIA
2.4 Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP
2.5 Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG

2.6 Delegacia de Defesa Institucional - DELINST
2.7 Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ
2.8 Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV
2.9 Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente/Patrimônio Histórico - DELEMAPH

**3. DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR**
3.1 Núcleo de Repressão a Crimes Financeiros - NUFIN
3.2 Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT
3.3 Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM
3.4 Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE

**4. CORREGEDORIA – COR**
4.1 Núcleo de Correições - NUCOR
4.2 Núcleo de Disciplina – NUDIS

De acordo com o artigo 24 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, constante no Anexo da Portaria nº 3.961, do Ministério da Justiça, de 24 de novembro de 2009, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal; II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais; III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais; IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; VI - promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

O artigo 45 da Portaria supracitada estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais.

Conforme o art. 27 da Portaria nº 3.961/2009-MJ, às Delegacias, Setores, Núcleos da SR/DPF/RS, competem:

I – planejar, coordenar, controlar, executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; II – executar operações policiais específicas, e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso; III – cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e IV – dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas, e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2010, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Cabe ressaltar que o Estado do Rio Grande do Sul ocupa uma área de 281.748,538 km², é composto por 496 (quatrocentos e noventa e seis) municípios, sendo 82 (oitenta e dois) na circunscrição da sede desta Regional e 414 (quatrocentos e catorze) na circunscrição das Delegacias do interior.

Em razão das eleições majoritárias realizadas em 2010, foram priorizadas, na SR/DPF/RS, ações de defesa institucional no combate aos crimes eleitorais, crimes financeiros e desvios de dinheiro público.

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, cujos impactos repercutem em praticamente todas as áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2011 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

## PARTE A- CONTEÚDO GERAL

# 1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada

| **Poder e Órgão de vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo | | | |
| **Órgão de Vinculação**: Ministério da Justiça | | | **Código SIORG**: 316 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Denominação completa**: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul | | | |
| **Denominação abreviada**: Polícia Federal no Rio Grande do Sul | | | |
| **Código SIORG**: 01148 | **Código LOA:** Não se aplica | | **Código SIAFI:** 200372 |
| **Situação:** Ativa | | | |
| **Natureza Jurídica**: Órgão Público | | | |
| **Principal Atividade**: Segurança e Ordem Pública | | | **Código CNAE:** 8424-8/00 |
| **Telefones/Fax de contato**: | (51) 3235-9000 | (51) 3235-9044 | (51) 3235-9053 |
| **Endereço eletrônico**: gab.srrs@dpf.gov.br | | | |
| **Página da Internet**: http://www.dpf.gov.br | | | |
| **Endereço Postal**: Av. Ipiranga, nº 1365 Bairro Azenha Porto Alegre – RS CEP: 90.160-093 | | | |
| **Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | | | |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.<br>**SR/DPF/RS:**<br>- Port. 527/64 de 24/12/64 Dec. 56.510, de 28/06/65 – Criação da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul<br>- Dec. 70.665, de 02/06/72 – Transforma em Superintendência Regional do Rio Grande do Sul<br>**FUNAPOL:**<br>- Lei Complementar 89, de 18.02.1997. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| - Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.<br>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24/11/2009, que aprova o Regimento Interno do DPF.<br>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005.<br>- Portaria 406/2007-DG/DPF, de 18/09/2007, que estabelece a subordinação administrativa da Delegacia Especial de Polícia Marítima (DEPOM) do DPF no Porto de Rio Grande à Delegacia de Polícia Federal em Rio Grande/RS.<br>- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas. | | | |

| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | |
|---|---|
| Não há. | |
| **Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas** | |
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 200372 | Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul |
| 200373 | Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 00001 | Tesouro Nacional |

| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | |
|---|---|
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 200372 | 00001 |
| 200373 | 00001 |

## 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 2.1) Responsabilidades institucionais

#### 2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve "apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF no Rio Grande do Sul exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição. De acordo com as diretrizes emanadas pelos Órgãos Centrais, com os recursos humanos, financeiros e materiais disponibilizados, executa seu planejamento, traçando metas, colocando objetivos a atingir e definindo estratégias de atuação. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Porto Alegre e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/RS opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

2.1.2) Objetivos estratégicos

De forma ampla, foram eleitos pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição no ano de 2010:

- Melhoria da Gestão;
- Combate à Corrupção;
- Combate ao Narcotráfico;
- Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação do Órgão se foca no atendimento da MISSÃO da instituição, que é "manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no Estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária." São esforços que buscam a VISÃO DE FUTURO, que consiste em "tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana."

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2010, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, ações contra abigeato, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, a logística foi incrementada com aquisição de viaturas, mobiliário e equipamentos de informática. Foram recebidos materiais provenientes do Programa Pró-Amazônia/Promotec, direcionados principalmente para o Setor Técnico-Científico e para as novas Unidades Técnico-Científicas da PF no RS, instaladas na circunscrição das Delegacias de Passo Fundo e Pelotas (desde setembro de 2009), bem como de Santa Maria (desde dezembro de 2008).

A Superintendência recebeu duas viaturas especiais para o Setor Técnico-Científico, responsável pela realização de perícias. Uma delas, foi entregue equipada com robô antibombas, traje anti-fragmentação e demais equipamentos para eventos que envolvam explosivos ou ameaças biológicas e químicas. A outra viatura dispõe de equipamentos para coleta de vestígios biológicos, sonda paramétrica - para verificação de níveis de poluição e contaminação de água -, medição topográfica, trena *laser*, iluminação especial para trabalhos noturnos e materiais de fotografia e filmagem para registro dos locais de crime.

O programa Pró-Amazônia/Promotec resulta da unificação de dois planos: o Pró-Amazônia, que objetiva a efetivação da presença da Polícia Federal em toda a Amazônia Legal com a fixação de bases operacionais em áreas críticas, e o Promotec, que visa à ampliação e à modernização do segmento Técnico-Científico da Polícia Federal em todo o território nacional.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas.

### 2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

#### 2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2010

A Superintendência Regional do DPF no RS atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, Órgãos de Governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. Por sua localização e fronteira com Argentina e Uruguai, além da proximidade com o Paraguai, criminosos tentam utilizar o estado como rota para diversos crimes. Contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e produtos químicos controlados foram combatidos com operações específicas e em conjunto com as Superintendências do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo em vista que as drogas consumidas no RS passam por esses estados.

Com o auxílio de cães farejadores do canil da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) da SR/DPF/RS e da Delegacia de Santo Ângelo, foram implementadas operações preventivas nas Agências dos Correios e aeroportos. Foi desencadeada pela DRE a Operação Maré Alta visando o combate ao tráfico internacional de entorpecentes, tendo como resultado a desarticulação de uma organização criminosa com atuação nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Foram cumpridos 14 Mandados de Busca e Apreensão, 16 mandados de Prisão Preventiva, bem como apreendidos aproximadamente 80 quilos de cocaína. A DRE também prestou auxílio às Descentralizadas de Santa Maria/RS, de Rio Grande/RS, de Jaguarão/RS, de Passo Fundo/RS e de Caxias do Sul/RS, em operações de combate ao tráfico de drogas, no âmbito daquelas Delegacias, além de ter prestado o apoio ao Grupo de Investigações Sensíveis da SR/DPF/SP, o qual resultou na apreensão de aproximadamente 522 quilos de cocaína que seriam embarcados para a Europa pelo porto de Rio Grande/RS.

Nas regiões das fronteiras de Livramento, Uruguaiana, Jaguarão, São Borja e Santo Ângelo, a repressão ao tráfico de armas teve atenção especial. Foi intensificada a fiscalização em lojas de armas de fogo e dada continuidade à campanha de desarmamento, incentivando-se a entrega de armas de fogo, contribuindo-se para atenuar a sensação de violência, frequentemente ligada ao tráfico de drogas.

Segundo dados do estudo "Mapa da Violência", divulgado em fevereiro de 2011, pelo Ministério da Justiça, a posição do Rio Grande do Sul no ranking nacional de taxa de homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas caiu, passando do 15° para o 20° lugar.

Os Territórios de Paz, áreas que estão sendo implantadas para prevenir e conter a violência em áreas dos grandes centros urbanos, nas ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça no âmbito do PRONASCI, contaram com o apoio da SR/DPF/RS no intercâmbio e trabalhos desenvolvidos juntamente com a Polícia Civil do RS e com a Brigada Militar.

Os crimes contra o meio ambiente, praticados em rios, lagos da região, na área marítima de Rio Grande, e na reserva ecológica do Taim foram combatidos em conjunto com o IBAMA e a PATRAM – Brigada Militar, combatendo o tráfico de animais silvestres, exploração irregular de minerais, extração de areia e cascalho. O processo para a aquisição de embarcações, que se iniciou no ano de 2009, teve por finalidade prover os meios que proporcionarão maior agilidade, capacidade de atuação e conseqüentemente maior eficiência nas ações.

A Superintendência procurou desenvolver operações específicas de combate ao crime organizado, com implantação de equipe de combate a corrupção em crimes com participação de funcionários públicos, principalmente fraudes em licitações e desvios de recursos públicos, combate a crimes financeiros e à lavagem de dinheiro de quadrilhas que utilizam o Uruguai para a prática dos delitos. Houve retorno positivo no intercâmbio de informações entre Polícia Federal, Receita Federal do Brasil e Banco Central. Além de operações contra fraudes na Previdência Social e Caixa Econômica Federal, crimes de evasão de divisas e sonegação fiscal, onde as quadrilhas obtinham benefícios previdenciários com a participação de sindicatos, servidores do INSS, médicos e escritórios de advocacia.

Com um grande perímetro de fronteira no estado, e conseqüente alto tráfego de pessoas na região, a fiscalização foi reforçada - nas cidades fronteiriças, rios e vias terrestres – com alocação de recursos humanos e melhorando a estrutura e equipamentos das Delegacias e servidores, visando identificar mandados de prisão em desfavor de pessoas em migração, com acompanhamento de

mais de 200.000 (duzentas mil) migrações. O tráfico de drogas ilícitas vindas principalmente do Paraguai foi combatido com ações de inteligência e em conjunto com as Unidades do DPF nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Em 2009, foram adquiridas quatro embarcações "Flexboat" para patrulhamento de rios da fronteira, destinadas às Delegacias de Uruguaiana, São Borja e Jaguarão, e para Porto Alegre, onde foi estruturada a base do Grupo Especial de Polícia Marítima (GEPOM) da PF junto ao Rio Guaíba. A aquisição desses equipamentos visa à atuação da Polícia Federal na segurança da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e em grandes eventos esportivos do gênero.

O aumento do número de meios, principalmente no que diz respeito a armamento e munição, viaturas e equipamentos na área técnico-científica e mobiliário para as Descentralizadas, foi um fator que vem ao encontro da crescente necessidade de preparo e de condições para o enfrentamento do aumento da criminalidade. Face aos recursos financeiros escassos no ano, foram atendidas em parte as demandas do dia-a-dia dos policiais federais e das atividades técnico-administrativas, necessitando-se ainda de um incremento no que diz respeito aos equipamentos individuais (coletes e capacetes balísticos, por exemplo) e coletivos, e também na manutenção, especialização e aprimoramento dos servidores. As ações de capacitação melhoraram no período, com o planejamento de cursos, participação em seminários, educação e ensino à distância, mas precisam ser mais difundidas, para motivar os servidores à participação.

Em 2010, na PF do Rio Grande do Sul, foram lotados 21 policiais federais (agentes e escrivães) recém-empossados, o que permitiu conferir maior celeridade nas investigações em andamento. Os deslocamentos de pessoal, com gastos com diárias e passagens, também foram necessários para participação nos trabalhos de investigação, nas operações e desenvolvimentos das demais atividades no âmbito da Superintendência e também do DPF como um todo.

Ao passo que houve acréscimo do número de policiais, ainda há uma demanda crescente de trabalhos realizados por servidores administrativos. Assim, na área técnico-administrativa continuamos com grande carência de recursos humanos, pois não houve a realização de concurso para o preenchimento dos quadros e a evasão dos que tomaram posse no concurso realizado em 2004 é muito grande.

A grande procura pela expedição ou renovação de passaportes, serviços de migração e expedição de documentos de estrangeiros, bem como o significativo afluxo de pessoas que buscam regularizar o registro de suas armas ou proceder à entrega nas ações da Campanha do Desarmamento, evidenciou que existe uma grande necessidade de servidores da área administrativa. Com efeito, o número de passaportes emitidos em 2010 foi de 87.937 (oitenta e sete mil, novecentos e trinta e sete), ou seja, houve uma elevação de 49, 21% na quantidade desses documentos de viagem expedidos em relação ao ano de 2009. Nos anos anteriores, 2008 e 2009, foram emitidos 75.426 e 58.935, respectivamente. Além disso, a PF no RS emitiu no ano 41.944 (quarenta e um mil, novecentos e quarenta e quarto) registros de armas, concedeu 279 (duzentos e setenta e nove) portes e recebeu 1.329 (mil trezentos e vinte e nove) armas na Campanha do Desarmamento.

Conforme dados extraídos do Sistema de Informações de Arrecadação - SIAR, do Departamento de Polícia Federal, em 2010, a SR/DPF/RS (em Porto Alegre), auferiu receita com serviços de migração no montante de R$ 10.352.901,39 (dez milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e um reais e trinta e nove centavos), com serviços prestados pela Delegacia de Segurança Privada (DELESP) de R$ 1.959.569,05 (um milhão, novecentos e cinqüenta e nove mil,

quinhentos e sessenta e nove reais e cinco centavos), e por meio do Serviço Nacional de Armas (SINARM) foram arrecadados R$ 460.738,79 (quatrocentos e sessenta mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos), totalizando uma arrecadação no montante total de R$ 12.773.209,23, o que significou uma elevação de receita da ordem de 38,67% ante 2009.

Cabe salientar ainda que a arrecadação com as três naturezas de serviço mencionadas no parágrafo anterior, no âmbito de todas as Descentralizadas (interior) e da SR/DPF/RS (capital), totalizou R$21.797.330,92 (vinte e um milhões, setecentos e noventa e sete mil, trezentos e trinta reais e noventa e dois centavos) em 2010 - uma receita total 35,68% maior do que em 2009.

Por conseguinte, é possível inferir que houve elevação da demanda de serviços nas atividades-meio das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência em Porto Alegre, e principalmente no interior do estado. Há perspectivas de realização de concurso público, avalizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF, a fim de preencher 328 vagas para o cargo de Agente Administrativo, porém é aguardada autorização do Ministério do Planejamento.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2010

A relativa estabilidade econômica do país, mesmo após a crise econômico-financeira global de 2008 e os reflexos na conjuntura internacional, tem atraído grupos criminosos para a região de fronteira sul. Foram intensificadas investigações das ações de doleiros na região de Santana do Livramento e Rivera (Uruguai). Foram apurados crimes contra o sistema financeiro em outras investigações capitaneadas pelo Núcleo de Repressão a Crimes Financeiros - NUFIN da SR/DPF/RS, a exemplo do Inquérito Policial n° 998/2009-SR/DPF/RS.

Foi realizada Operação pelo NUFIN, a fim apurar eventual responsabilidade criminal em virtude dos fatos noticiados nos autos do processo nº 2009.04.00.045251-0/RS que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no sentido da possível ocorrência de fraude e desvio de verba pública federal destinada a atender o Programa de Saúde da Família gerido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, decorrente da contratação pelo ente municipal de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, denominada INSTITUTO SOLLUS, com dispensa de licitação, para prestar serviços nas áreas das Unidades Básicas de Saúde dentro daquele programa, entidade esta que estaria sendo administrada por uma organização criminosa com ramificações em órgãos e poderes públicos, que desviaria as verbas públicas que lhe eram repassadas através de recibos e notas de despesas falsas e de serviços inexistentes.

Conforme noticiado na mídia em âmbito nacional, na Operação “Comic BR”, realizada pela Delegacia de Defesa Institucional da SR/DPF/RS, foram combatidos os crimes de reprodução e compartilhamento de arquivos audiovisuais envolvendo pornografia de crianças e adolescentes, que com a expansão do uso da internet se tornaram mais freqüentes. Foram efetuadas duas prisões em flagrante na referida Operação. O combate aos crimes cibernéticos também foi aprimorado, com a criação de grupos especializados voltados para esse fim, e desenvolvimento de técnicas e trabalhos de inteligência nesta Unidade Jurisdicionada.

Houve contingenciamento de recursos financeiros pelo Governo Federal no período de 2009 e 2010, acarretando atraso dos repasses para o Ministério da Justiça e, conseqüentemente, dos sub-repasses para a Polícia Federal e esta Regional, o que acarretou dificuldades para o pagamento de

fornecedores e prestadores de serviço. O SELOG da Superintendência necessitou realizar diversas gestões junto à Coordenação de Orçamento e Finanças – COF, na tentativa de amenizar o problema.

No conjunto total, foram desencadeadas 33 (trinta e três) grandes operações em suas 13 (treze) Delegacias do interior do Estado e na Superintendência. Nas operações deflagradas foram cumpridos 466 (quatrocentos e sessenta e seis) mandados de busca e apreensão, 247 (duzentos e quarenta e sete) mandados de prisão e efetuadas 61 (sessenta e uma) prisões em flagrante. Convém ressaltar as importantes cooperações com outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Receita Federal do Brasil, Banco Central, Caixa Econômica Federal e Previdência Social, já citados acima, bem como Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil do RS, Brigada Militar, entre outros.

A partir de maio de 2010, foi intensificada a fiscalização na fronteira com o Uruguai e Argentina, por meio da Operação "Sentinela", realizada em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais. Neste período foram apreendidos 450.000 (quatrocentos e cinqüenta mil) maços de cigarros de origem estrangeira, 28 (vinte e oito) armas, 1.500 (mil e quinhentas) munições de diversos calibres, 30 (trinta) quilos de cocaína, 317 (trezentos e dezessete) quilos de maconha, 278 (duzentos e setenta e oito) quilos e 520 (quinhentos e vinte) litros de agrotóxicos, 9.000 (nove mil) caixas de medicamentos, 51 (cinquenta e um) veículos, diversos animais silvestres que seriam enviados ao exterior, além de grande quantidade de bebidas e produtos eletrônicos.

Para garantir a normalidade no processo eleitoral deste ano, a Policia Federal mobilizou sete mil policiais em todo o País para atuarem exclusivamente nas eleições. A Delegacia de Defesa Institucional da SR/DPF/RS e as Delegacias descentralizadas (no interior) prestaram apoio em diversas situações em que foi necessário a utilização do efetivo policial da PF, sobretudo na segurança de candidatos à Presidência da República em passagem pelo Rio Grande do Sul.

Foram realizadas 233 (duzentas e trinta e três) Ordens de Missão Policiais na área de segurança de dignitários, prestadas inclusive para o Ministro da Justiça, da Saúde, do Planejamento, entre outras autoridades estrangeiras.

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Em 2010, na Unidade Gestora Funapol, o Departamento de Polícia Federal teve sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, previstas no PPA 2008-2011, essencialmente, o seguinte programa de governo: de Prevenção e Repressão à Criminalidade (número 0662) Esse Programa abrange atividades de: fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União e capacitação de seus servidores. Houve também execução orçamentária do Programa de Apoio Administrativo (número 0750), que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrangendo a administração da Unidade, nela incluindo as atividades afins à área, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo. Ressalta-se que a percentagem das despesas liquidadas no Programa número 0750 correspondeu a apenas 0,17% pela Unidade Gestora Funapol e 99,83% pela Unidade Gestora Tesouro, de maneira que serão apresentados no quadro demonstrativo próprio adiante, os valores consolidados da execução desse Programa.

Esta Superintendência, por meio da Unidade Gestora Tesouro, executou recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (número 1453), do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento, e especialmente, nas atividades de enfrentamento ao crack e outras drogas, com enfoque prioritário de combate ao tráfico de drogas nas regiões de fronteira. Além disso, foram executados recursos dos Programas de Apoio Administrativo (número 0750), de Gestão da Política de Previdência Social (número 0087) e da Previdência de Inativos e Pensionistas da União (número 0089).

Com relação ao Programa 0750, por se tratar de Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, voltado aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas, em consonância com a Portaria TCU nº 277/2010, não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores. Os Programas 1453, 0087 e 0089 também não possuem indicadores ou responsáveis locais e são acompanhados pelo Órgão Central.

Seguem adiante quadros demonstrativos contendo análise pormenorizada dos dados referentes à execução dos Programas de Governo sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada, bem como da execução financeira das suas ações.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, há o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro III - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

| Identificação do Programa de Governo | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 0062 | **Denominação:** Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | |
| **Objetivo Geral:** Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça | |
| **Objetivos Específicos:** Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União | |
| **Gerente:** Não informado | |
| **Responsável pelo Programa na UJ:** Ildo Gasparetto | |
| **Público-alvo (beneficiários):** Sociedade | |

| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | Em R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial | Final | | | | |
| Não se Aplica* | | 5.501.802,77 | 5.493.367,75 | 8.435,02 | 5.492.897,75 |

| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 1 | Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal | 01/01/2010 a 31/12/2010 | 1379 | 1444 | 120% | **104,71%** |

**Fórmula de Cálculo do Índice:**

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice não divulgado pela Coordenação de Tecnologia da Informação/DPF)

**Análise do Resultado Alcançado:**

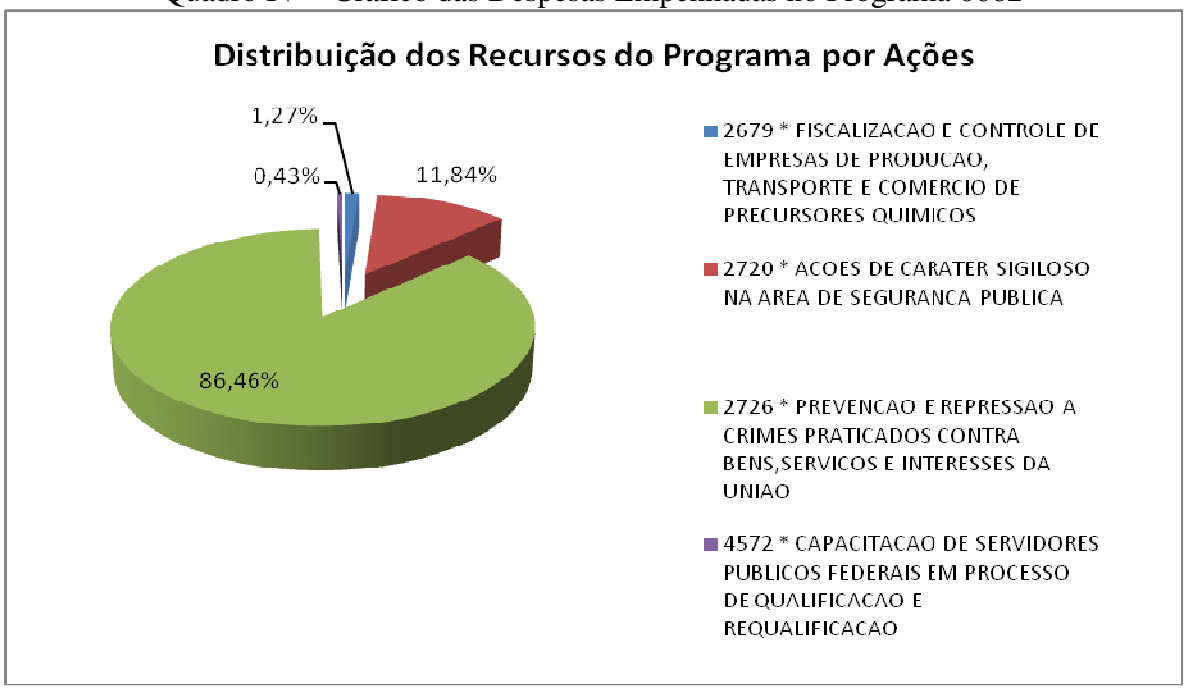
A definição de taxa de conclusão de inquéritos policiais não apura a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações o inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Todos os esforços são dirigidos para manter o índice acima dos 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correição, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

| Código | Tipo[1] | Descrição da Ação |
|---|---|---|
| 2679 | A | Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos |
| 2720 | A | Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública |
| 2726 | A | Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União |
| 4572 | A | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação |

Fonte: SIGPLAN

*As Superintendências Regionais do DPF operam apenas na execução orçamentária e financeira das ações. Não há dotação orçamentária específica por Programa. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Quadro IV – Gráfico das Despesas Empenhadas no Programa 0662




2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro V - Dados Gerais da Ação 2679

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas. |
| Descrição | Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades |

[1] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

| | |
|---|---|
| | submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei n° 10.357/01 e aplicação de sanções. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Divisão de Controle de Produtos Químicos |
| Coordenador nacional da ação | José Alberto Maciel Costa |
| Produto (unidade de medida) | Documento Emitido (unidade) |

Fonte: SIGPLAN

Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2679 | 69.771,60 | 69.771,60 | 0,00 | 69.771,60 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

A ação supracitada tem a finalidade de fiscalizar as organizações envolvidas com a cadeia produtiva que envolve precursores químicos e combater o comércio ilegal desses produtos.

Na ação 2679 foram empenhados recursos no valor de R$ 69.771,60 (sessenta e nove mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta centavos), liquidados e pagos em sua totalidade, utilizados nas operações de fiscalização e controle.

Seguem adiante quadro com a relação de controle de produtos químicos apenas no âmbito da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) da SR/DPF/RS.

Quadro VII - Controle de produtos químicos realizado pela DRE/SR/DPF/RS

| **ATIVIDADES DE CONTROLE** | |
|---|---|
| LICENÇAS EXPEDIDAS | 1249 |
| NOTIFICAÇÕES | 12 |
| TERMO DE CIÊNCIA | 12 |

Fonte: Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR/SR/DPF/RS

Foram utilizados recursos materiais e humanos nas operações e atividades, assim como bens permanentes (armamento, viaturas, etc.) e de consumo (combustíveis, papel, munição e outros), além do pessoal contratado, a fim de prestar apoio nas atividades-meio.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro VIII - Dados Gerais da Ação 2720

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso. |
| Descrição | Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à |

| | |
|---|---|
| | corrupção interna. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal |
| Coordenador nacional da ação | Ademir Dias Cardoso Júnior |
| Produto (unidade de medida) | Ação realizada (unidade) |

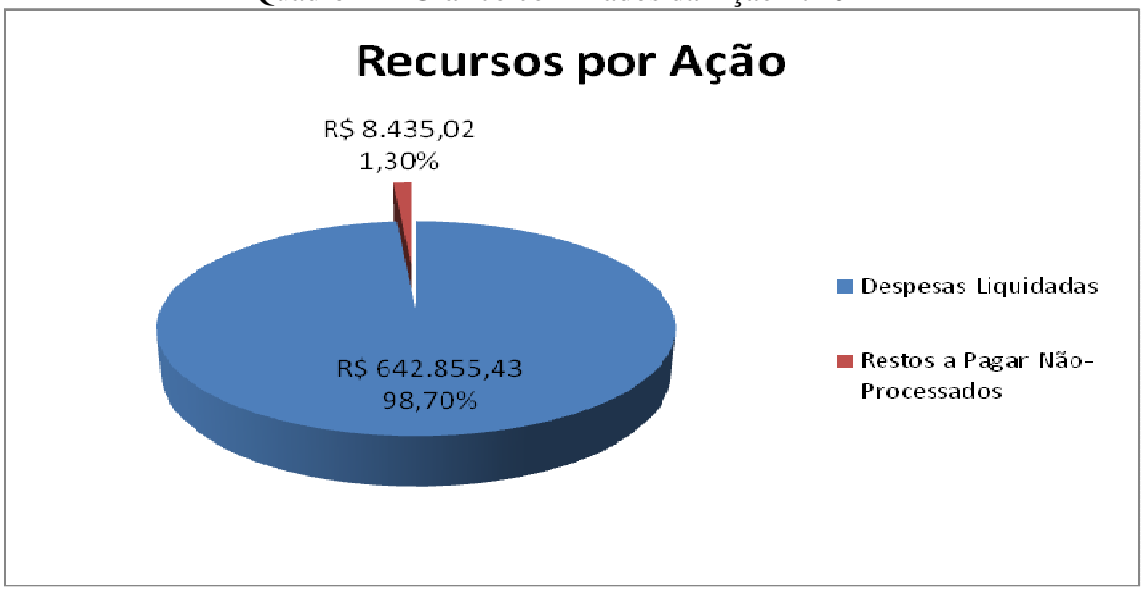
Fonte: SIGPLAN

Quadro IX - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2720 | 651.290,45 | 642.855,43 | 8.453,02 | 642.855,43 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro X – Gráfico com Dados da Ação 2720




**Considerações**

A ação 2720, que objetiva precipuamente, o fornecimento de meios e recursos para o planejamento e a execução de operações de inteligência e de caráter sigiloso no âmbito do DPF, foi implementada com êxito.

Foram realizados trabalhos de inteligência policial, com empenho de despesas no total de R$ 651.290,45 (seiscentos e cinqüenta e um mil, duzentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos), nas 33 (trinta e três) grandes operações, sendo liquidados e pagos R$ 642.855,43 (seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta e três centavos), com restos a pagar na ordem de R$ 8.453,02 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dois centavos).

Os recursos materiais utilizados foram os disponíveis para as atividades finalísticas da Polícia Federal, como: armamento, coletes balísticos, munição, viaturas, entre outros, bem como para as atividades de suporte às operações e aparelhamento: computadores e materiais de

expediente, por exemplo, ligados a área de inteligência. Os recursos humanos envolvidos na ação foram aqueles que trabalharam diretamente com as operações de caráter sigiloso. Parcerias com outros Órgãos de Segurança Pública de todas as esferas do Poder, e ações integradas nos trabalhos foram fatores que contribuíram para o alcance dos resultados desejados.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro XI - Dados Gerais da Ação 2726

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.<br>Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país. |
| Descrição | Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.<br>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Território Nacional. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal |
| Coordenador nacional da ação | Claudio Ferreira Gomes |
| Produto (unidade de medida) | Operação realizada (Unidade) |

Fonte: SIGPLAN

Quadro XII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2726 | 4.756.893,40 | 4.756.893,40 | 0,00 | 4.756.893,40 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

Foram realizados 33 (trinta e três) trabalhos de destaque na sociedade, desenvolvidos na área de circunscrição, mais especificamente incluindo diligências de combate: ao contrabando e ao descaminho, aos crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), aos crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infanto-juvenil e à pedofilia. Há de se frisar também as ações realizadas contra a clonagem de cartões; de combate aos crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, de sonegação fiscal, evasão de divisas, corrupção ativa e formação de quadrilha. Além do combate aos crimes contra as comunidades indígenas e a outros crimes que atentam contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Houve aplicação de recursos para a fiscalização e controle das empresas de segurança privada em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Ademais, foram executadas medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, dos candidatos a presidência no período eleitoral, além de Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.

As grandes operações realizadas no ano utilizaram recursos descentralizados da ação em tela. Do montante de R$ 4.756.893,40 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta centavos) previsto para execução na Ação 2726, foi liquidado e pago 100% do total empenhado.

Na Ação de Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União, foram utilizados recursos materiais, bens permanentes (viaturas, armamento, coletes balísticos, entre outros) e de consumo (munição, combustível, e outros). Além de terem sido utilizados recursos que dão suporte e possibilitam o desenvolvimento dos trabalhos, como: computadores, impressoras, material de investigação técnico-científico, papel e insumos em geral. A soma do total de recursos humanos empregados nas grandes operações foi de aproximadamente 1.226 (mil duzentos e vinte seis) policiais federais – em média 37 por operação – nas atividades de investigação e na execução, além dos trabalhos desenvolvidos na área meio por servidores do Plano Especial de Cargos. Houve também o apoio e atuação em conjunto com Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal do Brasil, Banco Central, Previdência Social, Caixa Econômica Federal, Exército Brasileiro, de Órgãos de Segurança do Estado, como Brigada Militar e Polícia Civil. Estas parcerias e apoios citados contribuíram sobremaneira para o sucesso das missões.

Nas operações deflagradas, foram cumpridos 466 mandados de busca e apreensão, 247 de prisão e efetuadas 61 prisões em flagrante.

A Polícia Federal atingiu no ano de 2010 a expressiva marca de 86.880 inquéritos relatados. O número é 18% maior que o resultado alcançado no ano de 2009 (73.468), e contribuiu para a redução de investigações em andamento, que atualmente é de 119.240.

No tocante ao quantitativo de apuratórios relatados, a SR/DPF/RS também obteve resultados significativos. No total, esta Regional indiciou 1.418 pessoas em 2010. Nesse ano, foram instaurados 1.379 inquéritos e concluídos 1.444, reduzindo o número de procedimentos ativos em relação à 31/12/2009, que correspondiam a 1.389 apuratórios não concluídos. Com efeito, em 31/12/2010, 1.006 inquéritos se encontravam em andamento no Estado.

Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC) e das Unidades Técnico-Científicas (UTECs) de Santa Maria (SMA), Passo Fundo (PFO)

e Pelotas (PTS) desta Unidade Jurisdicionada, pois são setores que refletem, de forma consistente, a produção dos trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, já que a ele são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/RS e de suas descentralizadas.

Dentre os indicadores de produção, o mais importante é, inquestionavelmente, o número de laudos produzidos, tendo em vista ser o mais representativo da atividade precípua deste setor, qual seja: a elaboração de exames periciais. No ano de 2010, foram registrados resultados expressivos, mensurados por números e participações relevantes do SETEC e das UTECs, sendo elaborados no somatório global 2.826 Laudos Periciais Criminais, 25 Perícias Papiloscópicas, 343 Informações Técnicas e 16 Pareceres Técnicos. Há de se observar não houve alterações no efetivo em 2010, de maneira que o índice de produtividade por Perito ascendeu ante a 2009. Adiante, seguem quadros com o quantitativo de Laudos Periciais elaborados no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

Quadro XIII - Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/RS por área de exame

| Tipo de Laudo | Quantidade |
|---|---|
| Perícias Contábeis e Econômicas | 61 |
| Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos | 93 |
| Perícias de Balística Forense | 93 |
| Perícias de Engenharia | 4 |
| Perícias de Genética Forense | 6 |
| Perícias de Informática | 187 |
| Perícias de Laboratório | 346 |
| Perícias de Local de Crime | 64 |
| Perícias de Meio Ambiente | 73 |
| Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural | 2 |
| Perícias de Veículos | 54 |
| Perícias Documentoscópicas | 674 |
| Perícias Merceológicas | 46 |
| Perícias Papiloscópicas | 25 |
| **TOTAL GERAL** | **1728** |

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Quadro XIV - Produção de laudos da UTEC/DPF/PFO/RS por área de exame

| Tipo de Laudo | Quantidade |
|---|---|
| Perícias Contábeis e Econômicas | 3 |
| Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos | 30 |
| Perícias de Balística Forense | 37 |
| Perícias de Engenharia | 1 |
| Perícias de Informática | 12 |
| Perícias de Laboratório | 16 |
| Perícias de Local | 17 |
| Perícias de Meio Ambiente | 8 |
| Perícias de Veículos | 53 |

| Tipo de Laudo | Quantidade |
|---|---|
| Perícias Documentoscópicas | 131 |
| Perícias Merceológicas | 121 |
| **TOTAL GERAL** | **429** |

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Quadro XV - Produção de laudos da UTEC/DPF/SMA/RS por área de exame

| Tipo de Laudo | Quantidade |
|---|---|
| Perícias Contábeis e Econômicas | 23 |
| Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos | 21 |
| Perícias de Balística Forense | 26 |
| Perícias de Engenharia | 1 |
| Perícias de Informática | 88 |
| Perícias de Laboratório | 12 |
| Perícias de Local | 4 |
| Perícias de Meio Ambiente | 1 |
| Perícias de Veículos | 64 |
| Perícias Documentoscópicas | 118 |
| Perícias Merceológicas | 33 |
| **TOTAL GERAL** | **391** |

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Quadro XVI - Produção de laudos da UTEC/DPF/PTS/RS por área de exame

| Tipo de Laudo | Quantidade |
|---|---|
| Perícias Contábeis e Econômicas | 1 |
| Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos | 49 |
| Perícias de Balística Forense | 25 |
| Perícias de Informática | 38 |
| Perícias de Laboratório | 2 |
| Perícias de Local | 8 |
| Perícias de Meio Ambiente | 1 |
| Perícias de Veículos | 71 |
| Perícias Documentoscópicas | 81 |
| Perícias Merceológicas | 2 |
| **TOTAL GERAL** | **278** |

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro XVII - Dados Gerais da Ação 4572

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. |
| Descrição | Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal |
| Coordenador nacional da ação | Laura Vilella Rosa Tacca |
| Produto (unidade de medida) | Servidor Capacitado (Unidade) |

Fonte: SIGPLAN

Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 4572 | 23.847,32 | 23.847,32 | 0,00 | 23.847,32 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

A ação em foco tem a finalidade de formar e aprimorar os recursos humanos.

Os recursos descentralizados nesta ação foram de R$ 23.847,32 (trinta e quatro mil, dez reais e sessenta e nove centavos) liquidados e pagos. Foi feito levantamento das necessidades de treinamento e capacitação de servidores desta Unidade para o período 2008-2010, para a elaboração do Plano de Ensino do DPF.

Foram solicitadas 19 (dezenove) participações em ações de capacitação, das quais 14 (catorze) foram deferidas (vide Quadro XIX) e 05 (cinco) foram indeferidas pela Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Gestão de Pessoal, em razão de solicitação fora do prazo ou por limitações orçamentárias.

Destaca-se a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2010, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância - EAD integrantes do PRONASCI, contando com 17, 43 e 61 participantes, nos 18°, 19° e 20° ciclos, respectivamente. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consistem em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/RS também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas - , sendo obtidos os seguintes resultados em 2010: 342 policiais federais foram treinados; 86 alunos de outras instituições parceiras do DPF receberam treinamento; foram realizadas manutenções ordinárias em, pelo menos, 110 armas; houve distribuição de 23.192 munições para a SR/DPF/RS e 161.909 munições para as Delegacias Descentralizadas.

Quadro XIX - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2010

| **CURSO** | **PERÍODO DO CURSO** |
|---|---|
| Análises Químicas e Biociências | 30 de Março de 2010 |
| Excel Aplicado a Gestão Empresarial | 10 a 18 de março de 2010 |
| Especialização em biologia e genética forense | 13 de Abril de 2010 a 31 de março de 2011 |
| Qualificação Policial em Entrevista Investigativa | 20 a 25 de Junho 2010 |
| IV Congresso Brasileiro de Oceanografia | 17 a 21 de maio de 2010 |
| Apresentação de trabalho cientifico e participação na 33° reunião anual da sociedade Brasileira de química | 28 a 31 de maio de 2010 |
| VI Semana de Administração Orçamentária e Financeira e de Contratações Públicas | 27 de setembro a 1 de outubro de 2010 |
| Apresentação de trabalho cientifico e participação No 24º Congresso Brasileiro de Cartografia | 16 a 20 de maio de 2010 |
| Curso Integrado de SISAG Operacional e Suprimento de Fundos | 18 a 21 de maio de 2010 |
| Novo Acordo Ortográfico e Revisão - Português | 10 a 12 de maio de 2010 |
| Curso de SIAFI: Operacionalização do sistema integrado de administração financeira do governo federal | 27 a 30 de julho de 2010 |
| Gestão de Folha de pagamento e remuneração no serviço público | 12 a 14 de maio de 2010 |
| Curso SIAFI Operacional | 18 a 20/agosto de 2010 |
| Apresentação de Trabalho Científico e Participação na 1ª Reunião Internacional de Ciências Farmacêuticas | 23 até 30 de junho de 2010 |

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/RS

2.3.1.2 – Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução das seguintes ações: Ação 8375 - Campanha de Desarmamento; Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; Ação 8858 – Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública; e Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

Quadro XX – Dados do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

| **Identificação do Programa de Governo** | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 1453 | **Denominação:** Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | |
| **Objetivo Geral:** Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça | |
| **Objetivos Específicos:** Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social. | |
| **Gerente de Programa:** Ronaldo Teixeira da Silva | |
| **Responsável pelo Programa na UJ: -** | |
| **Público-alvo (beneficiários):** Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social. | |

| **Informações orçamentárias e financeiras do Programa** | | | | | **Em R$ 1,00** |
|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | **Despesa Empenhada** | **Despesa Liquidada** | **Restos a Pagar não processados** | **Valores Pagos** |
| **Inicial** | **Final** | | | | |
| **Não se Aplica** | | **2.669.742,78** | **2.391.108,48** | **278.634,30** | **2.385.763,09** |

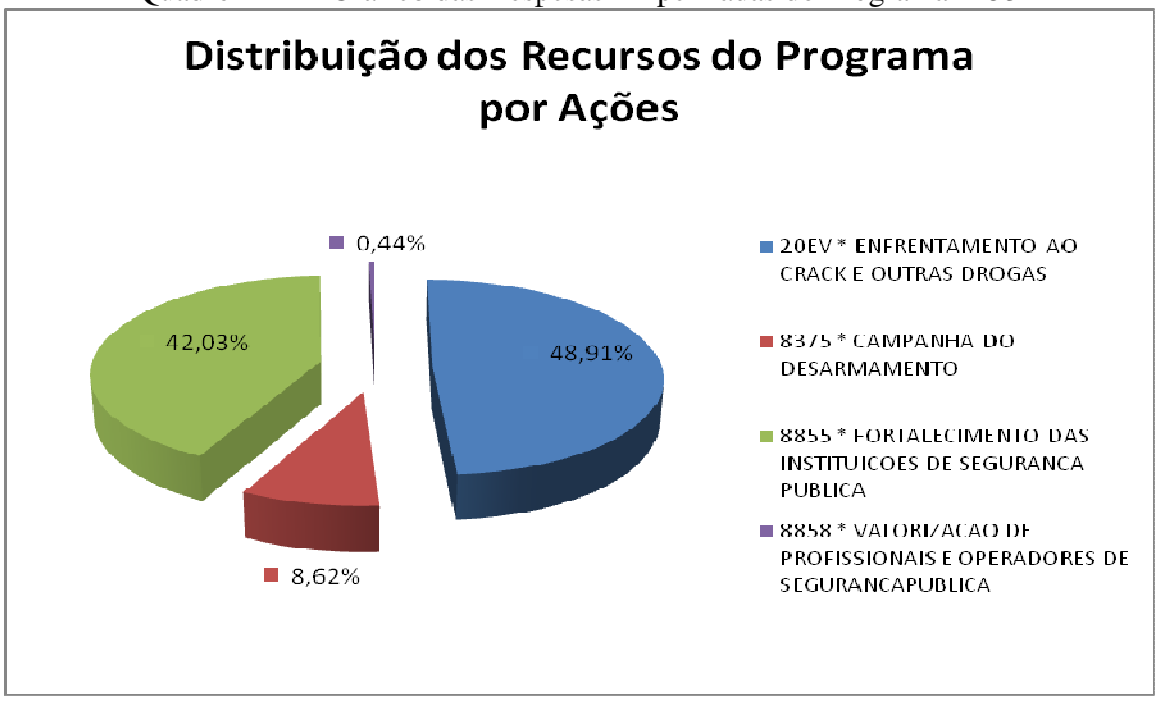
**Informações sobre os resultados alcançados:** Constantes nas considerações sobre a execução de cada ação realizada

| Código | Tipo[2] | Descrição da Ação |
|---|---|---|
| 8375 | A | Campanha de Desarmamento |
| 8855 | A | Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública |
| 8858 | A | Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública |
| 20EV | A | Enfrentamento ao Crack e outras Drogas |

Fonte: SIGPLAN

[2] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Quadro XXI – Gráfico das Despesas Empenhadas do Programa 1453




2.3.1.2.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro XXII - Dados Gerais da Ação 8375

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo. |
| Descrição | Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Ministério da Justiça |
| Coordenador nacional da ação | Cristina Gross Villanova |
| Produto (unidade de medida) | Indenização paga (unidade) |

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXIII - Execução Financeira da Ação 8375 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 8375 | 229.999,67 | 229.999,67 | 0,00 | 229.999,67 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa, precipuamente, ao pagamento das

referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em anos anteriores.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Polícia Federal recebeu 1.329 (mil trezentos e vinte e nove) armas para indenização em 2010. A PF emitiu no ano 41.944 (quarenta e um mil, novecentos e quarenta e quarto) registros de armas e concedeu 279 (duzentos e nove) portes. Foram apreendidas, neste mesmo ano, 402 (quatrocentos e duas) armas de fogo. Foi preso em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, um dos maiores traficantes internacionais de armamentos, responsável pelo envio de pistolas, fuzis e granadas que abastecem o crime organizado no País.

Desde 2004, a Polícia Federal já emitiu 131.502 (cento e trinta e um mil, quinhentos e dois) registros e recebeu 45.531 (quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e uma) armas entregues voluntariamente, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas, com deslocamento de servidores para atendimento à população nas áreas de circunscrição da SR e Descentralizadas. Na ação em tela, foram empenhados, liquidados e pagos R$ 229.999,67 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos).

2.3.1.2.2 – Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Quadro XXIV - Dados Gerais da Ação 8855

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Fortalecer as Instituições de Segurança Pública. |
| Descrição | Fortalecimento das Instituições que integram a Segurança Pública |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Ministério da Justiça |
| Coordenador nacional da ação | - |
| Produto (unidade de medida) | Projeto Apoiado (unidade) |

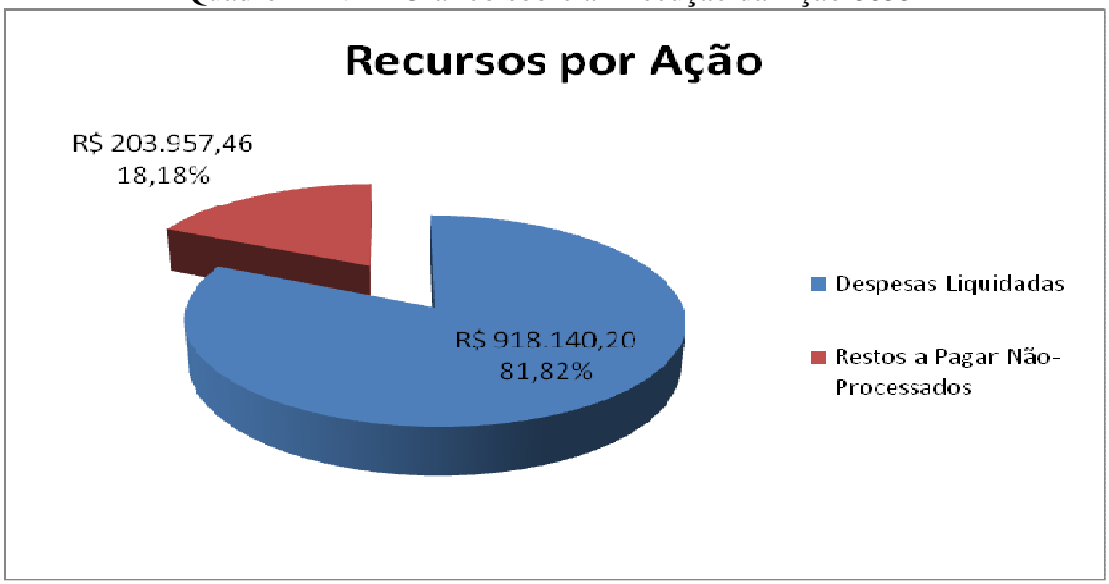
Fonte: SIGPLAN

Quadro XXV - Execução Financeira da Ação 8855 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 8855 | 1.122.027,66 | 918.140,20 | 203.957,46 | 912.794,81 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XXVI – Gráfico sobre a Execução da Ação 8855




**Considerações**

Nesta ação foram empenhadas despesas no valor de R$1.122.027,66 (um milhão, cento e vinte e dois mil e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos), das quais foram liquidadas R$ 918.140,20 (novecentos e dezoito mil, cento e quarenta reais e vinte centavos), pagas R$ 912.794,81 (novecentos e doze mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos), ficando como restos a pagar R$ 203.957,46 (duzentos e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

2.3.1.2.3 – Ação 8858 – Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública

Quadro XXVII - Dados Gerais da Ação 8858

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Promover a gestão e comunicação do PRONASCI. |
| Descrição | Realização de ações na área de Gestão e Comunicação para a promoção das atividades do PRONASCI. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Ministério da Justiça |
| Coordenador nacional da ação | - |
| Produto (unidade de medida) | - |

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXVIII - Execução Financeira da Ação 8858 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 8858 | 11.777,00 | 11.777,00 | 0,00 | 11.777,00 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

Na ação 8858, foram empenhados R$ 11.777,00 (onze mil setecentos e setenta e sete reais), sendo integralmente liquidada e paga tal importância no exercício de 2010.

2.3.1.2.4 – Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

Quadro XXIX - Dados Gerais da Ação 8858

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Promover a gestão e comunicação do PRONASCI. |
| Descrição | Realização de ações na área de Gestão e Comunicação para a promoção das atividades do PRONASCI. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Ministério da Justiça |
| Coordenador nacional da ação | - |
| Produto (unidade de medida) | - |

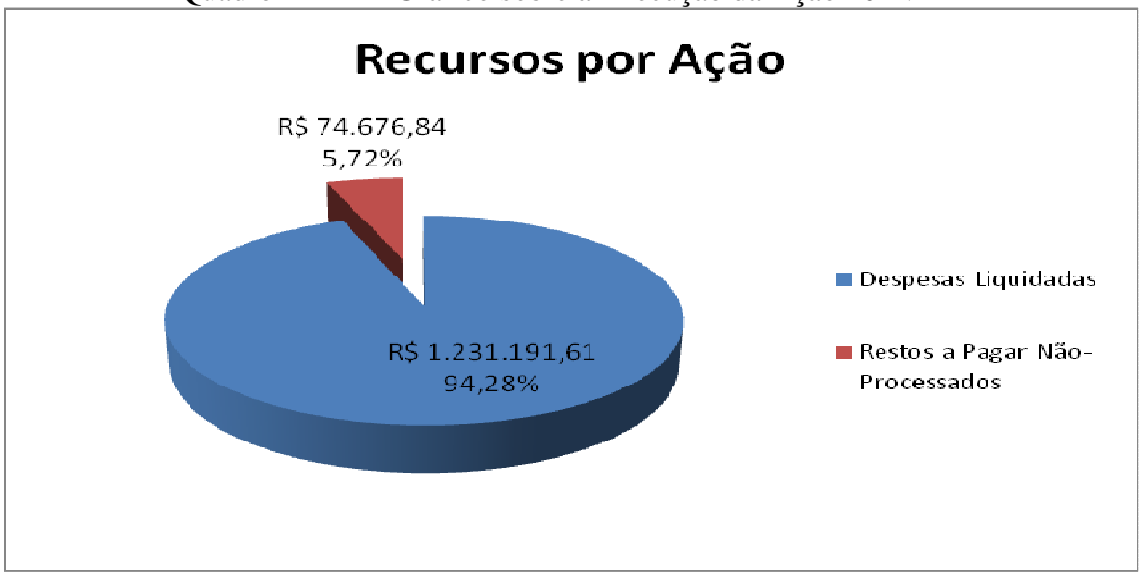
Fonte: SIGPLAN

Quadro XXX - Execução Financeira da Ação 20EV realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 20EV | 1.305.868,45 | 1.231.191,61 | 74.676,84 | 1.231.191,61 |

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro XXXI – Gráfico sobre a Execução da Ação 20EV




**Considerações**

Causadora de chagas sociais e violência urbana, a disseminação do uso do crack que assola o Brasil nos últimos anos levou o Governo Federal a destinar R$ 410 milhões, no exercício de 2010, para ações de combate ao tráfico, tratamento de usuários e campanhas de prevenção. O referido montante orçamentário, distribuído em várias frentes para coibir o avanço do crack, foi cerca de dezessete vezes superior às despesas inicialmente previstas no Programa Nacional de Redução da Demanda e Oferta de Drogas, de 24,13 milhões.

Com efeito, considerando a instituição do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, mediante a edição do Decreto n° 7179/2010, os recursos orçamentários destinados à ação 20EV foram maciços e representaram a maior parte das despesas liquidadas nesta Unidade Jurisdicionada, na esfera do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

No âmbito preventivo, o Grupo de Prevenção da Polícia Federal (GPRED), criado em 2005 para divulgar a imagem institucional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, tem atuado intensamente mediante a participação em Feiras e Eventos e realizando palestras de prevenção às drogas em escolas no Estado, para crianças, adolescentes, pais e educadores. Em cinco anos de atividade, foram 1.340 palestras que atingiram mais de 140 mil pessoas, em sua grande maioria estudantes de ensino médio e fundamental.

Em 2010, por meio de representantes do GPRED na Delegacia de Polícia Federal em Caixas do Sul, foram realizadas 552 palestras em 204 escolas, totalizando um público estimado em 47.282 alunos. Um exemplo recente de idéia bem sucedida do referido Grupo tem sido o "Projeto Pescar", realizado em parceria com uma rede particular de farmácias do estado. O "Projeto Pescar" seleciona jovens em situação de vulnerabilidade social e oferece oportunidade de aprendizado teórico e prático voltado para a formação de cidadãos e de futuros profissionais. A maioria dos alunos assume funções na própria rede de farmácias, na área de vendas e de administração.

Além disso, algumas descentralizadas, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, realizaram inúmeras palestras ao longo do ano de 2010, a exemplo das Delegacias de Bagé, Chuí, entre outras.

A Delegacia de Polícia Federal em Bagé possui um projeto denominado "A PF VAI ATÉ VOCÊ" (iniciado no ano de 2007), que visita duas vezes ao ano todos os municípios pertencentes à circunscrição (Aceguá, Candiota, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pedras Altas, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista), realizando atendimentos relacionados ao SINARM (recadastramento de arma de fogo e entrega de registros), atendimento a estrangeiros e vistorias em agências bancárias. Na mesma esteira, alunos das escolas destes municípios recebem informações sobre prevenção de drogas, através de palestras proferidas por policiais desta delegacia. Tal projeto foi idealizado visando qualificar os serviços prestados à sociedade.

Cumpre salientar que para o desenvolvimento do projeto, a Delegacia de Bagé conta com o apoio logístico das Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos municípios, bem como de alguns sindicatos (dos produtores e dos trabalhadores rurais), os quais cedem os locais para atendimento. O projeto é amplamente divulgado na região (através de rádios, jornais e televisão), recebendo elogios por parte da comunidade, bem como dos policiais lotados nesta unidade.

A Delegacia de Polícia Federal no Chuí realizou a Semana de Prevenção ao Consumo Indevido de Drogas, no período de 07 a 11 de junho de 2010, onde foram ministradas 19 palestras nas escolas de Santa Vitória do Palmar e do Chuí, contando com aproximadamente 1.800 participantes, entre alunos, professores e comunidade em geral. Ainda naquele mesmo mês, foi promovida uma palestra para Diretores, Coordenadores e Professores da rede pública municipal e estadual com o objetivo de aumentar as ações multiplicadoras de prevenção e uso indevido de drogas, contando com a presença de membros do Ministério Público, do Judiciário, Secretária Municipal de Educação de Santa Vitória do Palmar e Técnicos da Secretaria da Educação.

No âmbito repressivo, das 33 operações realizadas pela PF no Rio Grande do Sul, 11 (33%) foram específicas de combate ao tráfico de drogas. O resultado foi a desarticulação de quadrilhas internacionais, inclusive com a prisão no exterior de grandes traficantes, como "Paulo Seco", no Uruguai, bem como "Soligo" e "Pavão", ambos no Paraguai, sendo que o último já cumpria pena no Presídio de Tucumbu, em Assunção, por crimes cometidos naquele país.

Ao longo de 2010, foram apreendidos 847 quilos de cocaína, 17 quilos de crack e 581 quilos de maconha, entre outras substâncias entorpecentes, totalizando aproximadamente 1,5 tonelada de drogas.

Desta forma, na ação de enfrentamento ao crack e outras drogas, foram empenhados R$1.305.868,45 (um milhão, trezentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), sendo liquidados e pagos R$ 1.231.191,61 (um milhão, duzentos e trinta e um mil, cento e noventa e um reais e sessenta e um centavos), ficando como restos a pagar não-processados a quantia de R$74.676,84 (setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

### 2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro XXXII – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

| **Identificação do Programa de Governo** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Código no PPA:** 0750 | | **Denominação:** Apoio Administrativo | | | |
| **Tipo do Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais | | | | | |
| **Objetivo Geral:** Não informado | | | | | |
| **Objetivos Específicos:** Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos. | | | | | |
| **Gerente de Programa:** Não informado | | | | | |
| **Responsável pelo Programa na UJ:** Ildo Gasparetto | | | | | |
| **Público-alvo (beneficiários):** Governo | | | | | |
| **Informações orçamentárias e financeiras do Programa** | | | | | **Em R$ 1,00** |
| Dotação | | **Despesa Empenhada** | **Despesa Liquidada** | **Restos a Pagar não processados** | **Valores Pagos** |
| **Inicial** | **Final** | | | | |
| **Não se Aplica** | | **14.721.116,06** | **14.530.961,38** | **190.154,68** | **14.484.305,45** |
| **Informações sobre os resultados alcançados:** Constantes nas considerações sobre a execução da ação realizada | | | | | |
| Código | Tipo[3] | Descrição da Ação | | | |
| 2000 | A | Administração da Unidade | | | |

Fonte: SIGPLAN

[3] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

### 2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro XXXIII - Dados Gerais da Ação 2000

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. |
| Descrição | A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.<br>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, tampouco em um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).<br>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal |
| Coordenador nacional da ação | Não há coordenador vinculado |
| Produto (unidade de medida) | Não há produto para esta Ação |

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXXIV - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2000 | 14.697.049,35 | 14.506.894,67 | 190.154,68 | 14.460.238,74 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XXXV - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Funapol

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2000 | 24.066,71 | 24.066,71 | 0,00 | 24.066,71 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XXXVI – Gráfico sobre a Execução da Ação 2000 na Unidade Gestora Tesouro

**Considerações**

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Na ação supramencionada, a Unidade recebeu recursos da ordem de R$ 14.697.049,35 (catorze milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos), dos quais liquidou R$ 14.506.894,67 (catorze milhões, quinhentos e seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos), tendo havido inscrição em restos a pagar não-processados de R$ 190.154,68 (cento e noventa mil, cento e cinqüenta e quatro reais e sessenta e oito centavos). Trata-se de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, contínuos, telefonistas, copeiragem, lavador e manutenção predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e Descentralizadas. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta Ação são aqueles diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

A queda na arrecadação do Governo Federal fez com que os recursos contingenciados no ano acarretassem atrasos nos créditos repassados pelo Ministério da Justiça à Unidade Orçamentária do DPF. Com isso, várias faturas sofreram atrasos na sua liquidação, ocasionando transtornos nas relações com os fornecedores.

2.3.1.4 – Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

O Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social, de responsabilidade do Ministério da Previdência Social, recebeu recursos na execução da Ação 8452 – Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária.

Quadro XXVII - Dados do Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

| **Identificação do Programa de Governo** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Código no PPA:** 0087 | | **Denominação:** Gestão da Política de Previdência Social | | | |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | | | | | |
| **Objetivo Geral:** Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da eqüidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização. | | | | | |
| **Objetivos Específicos:** Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social. | | | | | |
| **Gerente de Programa:** Ministério da Previdência Social | | | | | |
| **Responsável pelo Programa na UJ: -** | | | | | |
| **Público-alvo (beneficiários):** Governo | | | | | |
| **Informações orçamentárias e financeiras do Programa** | | | | | **Em R$ 1,00** |
| Dotação | | **Despesa Empenhada** | **Despesa Liquidada** | **Restos a Pagar não processados** | **Valores Pagos** |
| **Inicial** | **Final** | | | | |
| **Não se Aplica** | | **10.020,17** | **10.020,17** | **0,00** | **10.020,17** |
| **Informações sobre os resultados alcançados:** Constantes nas considerações sobre a execução da ação realizada | | | | | |
| Código | Tipo[4] | Descrição da Ação | | | |
| 8452 | A | Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária | | | |

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 – Ação 8452 – Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária

Quadro XXXVIII - Dados Gerais da Ação 8452

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Combater as fraudes relacionadas à Previdência Social. |
| Descrição | Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de combate às fraudes previdenciárias. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Ministério da Previdência Social |
| Coordenador nacional da ação | - |
| Produto (unidade de medida) | Não há. |

Fonte: SIGPLAN

[4] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Quadro XXXIX - Execução Financeira da Ação 8452 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 8452 | 10.020,17 | 10.020,17 | 0,00 | 10.020,17 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

Foi liquidada e paga a totalidade do valor empenhado na ação 8452, na importância de R$ 10.020,17 (dez mil e vinte reais e dezessete centavos), referente às aquisições de bens permanentes para as ações específicas de combate às fraudes de Previdência Social, conduzidas pela Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários.

2.3.1.5 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, recebeu recursos na execução da Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

Quadro XL - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

| **Identificação do Programa de Governo** | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 0089 | **Denominação:** Previdência de Inativos e Pensionistas da União |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | |
| **Objetivo Geral:** Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes. | |
| **Objetivos Específicos:** Executar ações para garantir benefícios previdenciários aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes | |
| **Gerente de Programa:** Não há. | |
| **Responsável pelo Programa na UJ: -** | |
| **Público-alvo (beneficiários):** Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas | |

| **Informações orçamentárias e financeiras do Programa** | | | | | **Em R$ 1,00** |
|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | **Despesa Empenhada** | **Despesa Liquidada** | **Restos a Pagar não processados** | **Valores Pagos** |
| **Inicial** | **Final** | | | | |
| **Não se Aplica** | | **14.742,95** | **14.742,95** | **0,00** | **14.742,95** |

**Informações sobre os resultados alcançados:** Constantes nas considerações sobre a execução da operação especial realizada

| Código | Tipo[5] | Descrição da Ação |
|---|---|---|
| 0181 | OP | Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis |

Fonte: SIGPLAN

[5] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.5.1 – Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Quadro XLI - Dados Gerais da Operação Especial 0181

| Tipo de Ação | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Assegurar o pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões para servidores inativos, pensionistas e dependentes. |
| Descrição | Executar ações para pagamentos de benefícios legalmente estabelecidos para servidores inativos, pensionistas e dependentes. |
| Unidade Responsável pelas decisões estratégicas | Presidência da República. |
| Coordenador nacional da ação | - |
| Produto (unidade de medida) | Pessoa beneficiada (unidade). |

Fonte: SIGPLAN

Quadro XLII - Execução Financeira da Operação Especial 0181 realizada pela Unidade

| Ação | Despesas Empenhadas (R$) | Despesas Liquidadas (R$) | Restos a pagar não processados (R$) | Valores Pagos (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 0181 | 14.742,95 | 14.742,95 | 0,00 | 14.742,95 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

Foram empenhados, liquidados e pagos R$ 14.742,95 (catorze mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), cuja importância refere-se a pagamentos e reconhecimentos de dívidas para servidores aposentados e pensionistas.

2.3.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, coletados pelos setores responsáveis.

Quadro XLIII - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade

| | | | | | | | Meta Física [3] | | | Meta Financeira (em R$) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo[1] | Prio[2] | Unidade Medida | Prev. | Real. | Para 2010 | Prev. | Real | Para 2011 |
| 6 | 122 | 0750 | 2000 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 14.484.305,45 | NA |
| 6 | 122 | 1453 | 8375 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 229.999,67 | NA |
| 6 | 181 | 1453 | 8855 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 912.794,81 | NA |
| 6 | 422 | 1453 | 8858 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 11.777,00 | NA |
| 6 | 422 | 1453 | 20EV | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 1.231.191,61 | NA |
| 9 | 271 | 0087 | 8452 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 10.020,17 | NA |
| 9 | 272 | 0089 | 0181 | OP | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 14.742,95 | NA |
| 6 | 125 | 662 | 2679 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 69.771,60 | NA |
| 6 | 128 | 662 | 2720 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 642.855,43 | NA |
| 6 | 181 | 662 | 2726 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 4.756.893,40 | NA |
| 6 | 183 | 662 | 4572 | A | 3 | NA | NA | NA | NA | NA | 23.377,32 | NA |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

[1] Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

[2] Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

[3] O campo preenchido com o código "NA" – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

**Considerações**

**Cumprimento das metas físicas:** Foi cumprida a maior parte das metas físicas previstas, as quais serão objeto de avaliação pormenorizada pelo Órgão Central.

**Ações que apresentaram problemas de execução:** Na execução, e também comprometendo o cumprimento das metas, o contingenciamento de recursos fez com que a SR/DPF/RS não executasse de forma ideal, pois muitas vezes a falta da descentralização dos créditos, bem como do repasse dos recursos financeiros dificultaram o andamento da execução.

Na Ação 2000 (Administração da Unidade), no ano de 2010, em função do contingenciamento de recursos feito pelo Governo Federal, a SR/DPF/RS teve que rescindir contratos de terceirização relevantes para a realização das suas atribuições constitucionais com

qualidade. Entre tais contratos, destacam-se aqueles de recepção a nacionais e estrangeiros nos postos de fronteira das cidades de Aceguá, Porto Mauá, Porto Xavier, Quaraí, São Borja, Uruguaiana, Jaguarão e Livramento. A rescisão destes contratos de terceirização prejudicou sobremaneira o atendimento ao público nestas localidades e a continuidade das operações policiais, uma vez que foi necessária a utilização de Policiais Federais para a realização do referido serviço. Desta forma, houve reflexos na execução das ações inseridas no Programa Finalístico da Polícia Federal de Prevenção e Repressão à Criminalidade, as quais sofreram redução do efetivo policial esperado para a adequada atuação.

Também foi rescindido contrato com a empresa de manutenção predial das Delegacias da Polícia Federal no interior do Estado. Desde maio de 2010, estas Delegacias estão sem manutenção preventiva e corretiva nos prédios onde estão instaladas.

Em função da necessidade da SR/DPF/RS se adequar às cotas orçamentárias recebidas, deve ser destacada também a redução dos contratos de vigilância da SR/RS e das Delegacias do interior do Estado. Estas reduções impactaram negativamente nas atividades das Delegacias, pois foi necessário destinar mais policiais para os plantões, prejudicando a atividade-fim da PF. Com os recursos recebidos, foi possível manter somente a segurança noturna nos prédios das Delegacias do Interior e foi reduzido um posto na SR/RS.

Outra decisão tomada, visando a redução de gastos, foi a diminuição das cotas de combustíveis e manutenção das viaturas. Estes cortes acabaram afetando diretamente a atividade fim da PF.

Para que a SR/DPF/RS conseguisse adequar os seus gastos de custeio com a cota recebida, além das decisões acima elencadas foram necessárias outras ações visando a redução do consumo de energia elétrica, consumo da água e gastos com telefone.

**Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** Quando houve a descentralização e repasse dos recursos financeiros sem atrasos, a execução das ações ocorreu dentro do cronograma previsto ou superaram as metas estabelecidas pelo Órgão Central;

**Ações Prioritárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias:** Quando não houve contingenciamentos e atrasos nos repasses de recursos, a execução realizada e a prevista (conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias) transcorreu normalmente.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

Quadro XLIV - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|---|---|---|
| DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL | 30108 | 200336 |
| FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL | 30909 | 200337 |

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Considerando que a SR/DPF/RS opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação (provisão), não há informações sobre créditos originários da Unidade Jurisdicionada. Tal informação constará apenas no Relatório de Gestão do Órgão Central.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XLV - Despesas por Modalidade de Contratação

*Valores em R$ 1,00*

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| **Licitação** | **9.585.310,38** | **11.107.452,32** | **9.585.310,38** | **11.059.623,30** |
| Convite | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tomada de preços | 250.472,94 | 0,00 | 250.472,94 | 0,00 |
| Concorrência | 367.929,51 | 441.515,40 | 367.929,51 | 441.515,40 |
| Pregão | 8.966.907,93 | 10.665.936,92 | 8.966.907,93 | 10.618.107,90 |
| Concurso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Contratações Diretas** | **1.956.671,20** | **2.009.796,73** | **1.956.671,20** | **2.005.879,00** |
| Dispensa | 807.514,50 | 1.842.792,86 | 807.514,50 | 1.842.792,86 |
| Inexigibilidade | 1.149.156,70 | 167.003,87 | 1.149.156,70 | 163.086,14 |
| **Regime de Execução Especial** | **808.652,15** | **637.709,48** | **808.652,15** | **637.709,48** |
| Suprimento de Fundos | 808.652,15 | 637.709,48 | 808.652,15 | 637.709,48 |
| **Pagamento de Pessoal** | **5.174.872,92** | **5.465.558,40** | **5.174.872,92** | **5.465.558,40** |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | 5.174.872,92 | 5.465.558,40 | 5.174.872,92 | 5.465.558,40 |
| **Outras** | **-** | **-** | **-** | **-** |

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XLVI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos

*Valores em R$ 1,00*

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| **1-Despesas de Pessoal** | **85.453,60** | **16.393,00** | **85.453,60** | **16.393,00** | **0,00** | **0,00** | **85.453,60** | **16.393,00** |
| 08 Outros Benefícios Assistenciais | 85.453,60 | 16.013,00 | 85.453,60 | 16.013,00 | 0,00 | 0,00 | 85.453,60 | 16.013,00 |
| 92 Despesas Exercicios Anteriores | 0,00 | 380,00 | 0,00 | 380,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 380,00 |
| **2 – Juros e Encargos da Dívida** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **3- Outras Despesas Correntes** | **18.449.128,69** | **17.353.927,35** | **17.843.152,03** | **16.886.836,37** | **605.976,66** | **467.090,98** | **17.840.382,95** | **16.834.835,05** |
| 14 Diárias - Pessoal Civil | 5.175.044,19 | 718.953,75 | 5.174.872,92 | 718.953,75 | 171,27 | 0,00 | 5.174.872,92 | 718.953,75 |
| 30 Materiais De Consumo | 1.816.818,85 | 2.027.198,81 | 1.740.417,42 | 1.935.373,88 | 76.401,43 | 91.824,93 | 1.740.417,42 | 1.935.373,88 |
| 33 Passagens E Despesas Com Locomoção | 639.455,08 | 501.413,30 | 533.691,03 | 496.650,90 | 105.764,05 | 4.762,40 | 533.691,03 | 496.650,90 |
| 36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física | 377.983,48 | 94.311,29 | 372.014,18 | 94.311,29 | 5.969,30 | 0,00 | 372.014,18 | 94.311,29 |
| 37 Locação De Mão-De-Obra | 4.477.134,18 | 5.944.175,41 | 4.242.270,61 | 5.738.801,09 | 234.863,57 | 205.374,32 | 4.242.270,61 | 5.733.455,70 |
| 39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc. | 5.111.818,50 | 5.359.440,90 | 4.944.560,65 | 5.195.567,95 | 167.257,85 | 163.872,95 | 4.941.791,57 | 5.149.166,59 |
| 47 Obrigações Tributárias E Contributivas | 20.100,00 | 21.119,97 | 19.240,81 | 21.119,97 | 859,19 | 0,00 | 19.240,81 | 21.119,97 |
| 92 Despesas De Exercícios Anteriores | 338.010,55 | 1.820.270,66 | 330.419,06 | 1.819.141,28 | 7.591,49 | 1.129,38 | 330.419,06 | 1.818.971,31 |
| 93 Indenizações e Restituições | 492.763,86 | 867.043,26 | 485.665,35 | 866.916,26 | 7.098,51 | 127,00 | 485.665,35 | 866.831,66 |

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XLVII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

*Valores em R$ 1,00*

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| **4- Investimentos** | 2.063.250,77 | 21.234,90 | 601.151,05 | 19.536,90 | 1.462.099,72 | 1.698,00 | 601.151,05 | 19.536,90 |
| 51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC. | 71.655,29 | 0,00 | 32.865,29 | 0,00 | 38.790,00 | 0,00 | 32.865,29 | 0,00 |
| 52- EQUIPE MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC. | 1.991.595,48 | 21.234,90 | 568.285,76 | 19.536,90 | 1.423.309,72 | 1.698,00 | 568.285,76 | 19.536,90 |

Fonte: SIAFI Gerencial

***Considerações***

**Alterações significativas ocorridas no exercício:** As mudanças ocorridas nos períodos se devem ao aumento da demanda de serviços na área de atuação da Polícia Federal, com o conseqüente acréscimo de efetivo pessoal (servidores), equipamentos (viaturas, armamento, informática, etc.) e espaço físico (demanda de pessoal de limpeza, vigilância, recepcionistas, etc.).

**Contingenciamento no exercício:** O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento. Na seção 2.3.2 do presente Relatório, consta a análise crítica pormenorizada das ações que apresentaram problemas na execução.

**Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária:** O contingenciamento de recursos e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais serão fator decisivo para o melhor cumprimento da missão da Polícia Federal.

**Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária:** Atendendo metas de contenção de despesas, houve economia de cerca de 35% nas faturas de serviços de telefonia no DPF no exercício de 2010, haja vista a disseminação entre os servidores do uso *VOIP - Voice Over Internet Protocol* (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet). O uso desse serviço permite que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas.

Uma das grandes vantagens do uso do VOIP é de não haver custo, exceto aqueles previstos com o uso da rede lógica, nas ligações telefônicas entre Delegacias do interior e a SR/DPF/RS, e vice-versa, bem como em ligações interurbanas realizadas entre Unidades de estados distintos. A SR/DPF/RS é uma das dez Regionais do DPF que já utiliza o serviço de VOIP de forma regular. Detalhes adicionais do programa de redução de custos são apresentados no quadro LXV– constante nos Anexos do presente Relatório.

Destaca-se ainda o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/RS desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica, consoante o Quadro LXIV, anexo ao presente Relatório.

Além das facilidades do VOIP e da videoconferência, salienta-se a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada. Desde o ano de 2005, é realizado o controle das ligações telefônicas realizadas, sobretudo aquelas efetuadas fora do interesse do serviço, cujo custo é ressarcido à União mediante o pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo responsável, na eventualidade de haver ligações particulares, após o recebimento dos extratos mensais de cada telefonema realizado. A liberação de acesso ao serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

Em 2010, foi intensificado o controle em questão, com a definição de perfis de acesso específicos e controle individual de utilização, surtindo efeitos positivos na conscientização de todos os servidores e colaboradores, de maneira que a média global do consumo dos serviços de telefonia fixa, por dia útil na SR/DPF/RS, foi reduzida em 87,65%, considerando o período de janeiro de 2010 a janeiro de 2011. Desta feita, tais procedimentos de controle, acompanhados pelo Núcleo de Tecnologia de Informação da SR/DPF/RS e por outras Unidades do DPF, culminaram na aprovação de uma norma em âmbito nacional no DPF, sendo publicada a Instrução Normativa n° 25/2010-Direção Geral do DPF, de 16 de março de 2010.

A seguir, seguem excertos da norma supracitada: "*Art. 2º. Todos os ramais telefônicos e linhas diretas instalados nas dependências do DPF devem ser utilizados visando primordialmente o interesse do serviço, observando-se o princípio da economicidade.*

*Parágrafo único. Para efeitos de aplicação desta norma definem-se como ligações no interesse do serviço aquelas executadas para tratar de assuntos pertinentes às atividades desenvolvidas oficialmente pelo órgão, e ligações particulares aquelas executadas com finalidades e objetivos pessoais do usuário.*

*Art. 3º. Todos os custos relativos às ligações particulares deverão ser ressarcidos ao DPF de acordo com o § 2º. do art. 13 desta IN.*
*Art. 4º. É vedado o uso dos recursos de telefonia nas seguintes situações:*

*I – recebimento de ligações e mensagens a cobrar, bem como o acesso aos serviços especiais tarifados (tais como os números de prefixo 0300 e o auxílio à lista 102), os telegramas e as mensagens fonadas e similares, salvo quando a natureza do serviço exigir e, nesse caso, deverá ser encaminhada justificativa ao dirigente da unidade para apreciação e autorização expressa; e*

*II – utilização de Código de Seleção da Prestadora – CSP nas ligações de longa distância interurbanas (DDD) ou internacionais (DDI), que não seja o da operadora contratada pela unidade para prestação desses serviços.*

*Parágrafo único. As consultas à lista telefônica deverão ser realizadas manualmente ou via internet, através de sítios específicos.*

*Art. 5º. As ligações para telefones celulares só deverão ser realizadas quando for inviável a ligação para telefones fixos.*

*Art. 13. A critério dos dirigentes das unidades centrais e descentralizadas, após parecer técnico da respectiva Unidade Gestora, levando-se em conta a natureza do serviço e os recursos financeiros disponíveis, poderá ser estipulado limite de gastos para determinadas linhas diretas ou ramais.*

*§1º. Os valores que excederem o estipulado deverão ser ressarcidos pelo usuário.*

*§2º. Os valores que, por definição desta norma, devam ser ressarcidos ao DPF, deverão ser recolhidos utilizando formulário "GRU Simples", indicando a respectiva Unidade Gestora e o código de recolhimento denominado "Ressarcimento de Ligações Telefônicas".*

*§3º. A Guia de Recolhimento da União – GRU referida no parágrafo anterior encontra-se disponível para preenchimento no sítio do Ministério da Fazenda, no endereço eletrônico https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp#ug.*

*§4º. Excepcionalmente, os valores que excederem ao estipulado, quando decorrerem de uso exclusivo em serviço, poderão ser abonados pelos respectivos dirigentes das unidades centrais e descentralizadas, cujas decisões deverão basear-se em parecer técnico formal das respectivas Unidades Gestoras.*

*§5º. Nos casos em que, comprovadamente, os serviços utilizados pelo usuário não possuam cobertura contratual, como é o caso de ocorrência da situação prevista no item II do artigo 4º. desta IN, deverá o Fiscal do Contrato encaminhar a respectiva fatura ao usuário identificado para que o mesmo realize a quitação da despesa, às suas expensas, e restitua a fatura ao Fiscal, acompanhada do comprovante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento.*

*§6º. Na hipótese do serviço utilizado pelo usuário sem cobertura contratual ser apresentado pela prestadora juntamente com outros serviços que possuam cobertura, numa mesma fatura, deverá o fiscal do contrato solicitar à prestadora o desmembramento e a emissão de faturas separadas para cada serviço, para que seja possível o pagamento, tanto por parte da administração como pelo usuário."*

Seguindo os mesmos princípios de economicidade, o Setor de Logística Administrativa Policial buscou providenciar programação de temporizador, no âmbito da SR/DPF/RS, do ar condicionado central, cuja operacionalização ocorre em horários pré-determinados: acionamento

sempre após o inicio do expediente matutino, e o desligamento, antes do término do turno vespertino (às 17h30min). Da mesma forma, nas Delegacias do interior, têm adotado similar programação no uso dos equipamentos de alto consumo de energia, observando as diretrizes de redução de custos.

Nos contratos com oficinas, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais têm sido controlados mediante cotas máximas mensais, que demandam justificativas bem fundamentadas por parte das Delegacias que necessitam ultrapassar os referidos limites de gastos.

2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

Quanto aos indicadores de desempenho para a análise dos resultados alcançados, convém ressaltar os componentes das equações utilizadas para cálculo, a exemplo da Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Superintendência Regional de Polícia Federal no RS, cujos indicadores já foram expostos na seção 2.3.1.1 do presente Relatório.

2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

a) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2010.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo:

$$\text{Tx IP} = \left(\frac{\sum \text{Nº de inquéritos concluídos no ano de 2010}}{\sum \text{Nº inquéritos instaurados no ano de 2010}}\right) \times 100$$

Sendo:

Tx IP: Taxa de conclusão de inquéritos

d) Método de aferição: Informações extraídas do Sinpro (Sistema Nacional de Procedimentos)

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Corregedoria da SR/DPF/RS.

f) Resultado do Indicador no exercício:

$$\text{Tx IP} = \frac{(1.444)}{1.379} \times 100$$

Tx IP = 104,71%

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- O inquérito instaurado num determinado exercício, devido a complexidade das investigações e/ou procedimentos, ocorre de não ser concluído dentro do mesmo ano. Da mesma

forma que os inquéritos relatados no período, que podem ser os instaurados em anos anteriores. Por esse motivo a taxa de conclusão de inquéritos policiais na Superintendência Regional de Polícia Federal no RS foi de 104,71%. Em andamento, permaneceram 1.006 inquéritos.

Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de sucesso/insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

**Mensurabilidade:** É possível inferir que houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado. Todavia, o índice alcançado não retrata insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

2.4.3.2) Número de Mandados de Prisão Cumpridos nas Grandes Operações Policiais

a) **Utilidade:** aferir a média de mandados de prisão cumpridos nas operações de grande vulto realizadas no ano de 2010.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$$\text{Me P} = \left(\frac{\sum \text{Nº de mandados de prisão cumpridos no ano de 2010}}{\text{Nº de grandes operações realizadas no ano de 2010}}\right)$$

Sendo:

Me P: Média de prisões por operação realizada

d) Método de aferição: Informações consolidadas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DRCOR.

f) Resultado do Indicador no exercício:

$$\text{Me P} = \left(\frac{247}{33}\right)$$

Me P = 7,5 mandados de prisão

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Andamento das investigações;

- Ações do Ministério Público e do Poder Judiciário.

A utilidade desse indicador pode ser percebida em razão da sua representatividade no conjunto das análises gerenciais e no processo decisório do ordenador de despesas.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

**Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Mandados de Prisão Cumpridos por Operação) fosse medido por intermédio do indicador supracitado. Todavia, o número alcançado não retrata insucesso, pois o cumprimento de alguns mandados de busca e apreensões e de outras diligências policiais prévias exigem elevada dedicação de tempo para o adequado planejamento, com cuidados de segurança até mesmo superiores ao cumprimento de mandados de prisão. Finalmente, trata-se de um indicador plenamente auditável por terceiros, permitindo também que os resultados sejam cotejados com as informações utilizadas em outros exercícios, além do baixo custo para a sua medição.

2.4.3.3) Valor estimado das apreensões realizadas nas Grandes Operações Policiais

a) **Utilidade**: aferir o valor médio das apreensões estimadas nas operações de grande vulto realizadas no ano de 2010.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$$\text{Vme Apr} = \frac{(\sum \text{valores estimados apreensões grandes operações 2010})}{\text{Nº de grandes operações realizadas no ano de 2010}}$$

Sendo:

Vme Apr: Valor Médio de Apreensões em moeda por operação realizada (em R$)

d) Método de aferição: Informações consolidadas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DRCOR.

f) Resultado do Indicador no exercício:

$$\text{Vme Apr} = \frac{(21.941.474,00)}{33}$$

Vme Apr = R$ 664.893,15

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Andamento das investigações;

- Em algumas operações não houve apreensão de bens e valores;

- Ações do Ministério Público e do Poder Judiciário.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

**Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (valor médio das apreensões realizadas nas Grandes Operações) fosse medido por intermédio do indicador supracitado. Todavia, o número alcançado não retrata insucesso, posto que se encontra relacionado a vários fatores não mensuráveis no decurso das investigações e, principalmente, na execução das operações. Salienta-se que não foram consideradas no indicador supracitado apreensões que demandam laudos periciais criminais para aferição dos valores exatos, como por exemplo: na Operação Arquipélago, foram realizadas apreensões de 44.440 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta) pacotes de cigarros de origem estrangeira bem como de 44 (quarenta e quatro) veículos; na Operação sem Limites, foram aprendidos maquinários e apetrechos utilizados para clonagem de cartões cujos valores não foram estimados; na Operação Chumbo Grosso, mais de 400 (quatrocentos) armas foram apreendidas.

Trata-se de um indicador auditável por terceiros, permitindo também que os resultados sejam cotejados com as informações utilizadas em outros exercícios, além de não demandar elevados custos para a sua medição, mostrando se econômico.

2.4.3.4) Impacto estimado das fraudes que foram alvo das Grandes Operações Policiais

a) **Utilidade**: aferir o impacto médio estimado das fraudes que foram alvo das operações de grande vulto realizadas no ano de 2009.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$$\text{Ime Fr} = \frac{(\sum \text{valores estimados fraudes alvo de grandes operações 2010})}{\text{Nº de grandes operações realizadas no ano de 2010}}$$

onde:

Ime Fr: Impacto Médio das Fraudes alvo por operação realizada (em R$)

d) Método de aferição: Informações consolidadas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DRCOR.

f) Resultado do Indicador no exercício:

$$\text{Ime Fr} = \left(\frac{242.000.000,00}{33}\right)$$

Ime Fr = R$ 7.345.454,55

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Andamento das investigações;

- Em algumas operações não houve apreensão de bens e valores;

- Ações do Ministério Publico e do Poder Judiciário.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

**Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (valor médio das apreensões realizadas nas Grandes Operações) fosse medido por intermédio do indicador supracitado. Todavia, os números alcançados retratam apenas um panorama parcial inerente ao estágio em que as operações se encontram, dependendo de vários fatores no decurso das investigações e principalmente da execução das diligências policiais posteriores às Grandes Operações, que podem atingir maior número de fraudes, conforme o seu andamento.

A atividade policial é diferenciada de outros segmentos da administração pública. Com efeito, há dificuldades em estabelecer indicadores objetivos para mensurar e descrever os resultados atingidos pela atividade-fim. Diferentemente, na atividade-meio, é possível demonstrar, com mais clareza, a evolução dos resultados.

No tocante ao quesito de alocação de recursos orçamentários para as melhorias das condições de trabalho dos servidores e de atendimento ao público, é possível inferir que houve efetivamente aplicação dos mesmos, de forma consciente e em sua quase totalidade, embora ainda haja carência de recursos humanos. Por conseguinte, são nítidos os reflexos no desempenho operacional da Polícia Federal neste Estado, ano após ano.

Eventuais indicadores relativos a prazo para a conclusão de inquéritos policiais podem não apurar a realidade do que ocorre, haja vista que, dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima dos 100%, para que se mantenha uma

trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correição, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

Os demais índices, dependem de fatores que devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração da mesma, assim como ações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

## 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

– não ocorreu no período –

## 4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XLVIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores *Valores em R$ 1,00*

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos acumulados** | **Pagamentos acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2010** |
| **2009** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **2008** | 588,00 | 588,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Restos a Pagar não Processados** | | | | |
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos acumulados** | **Pagamentos acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2010** |
| **2009** | 133.177,75 | 52.782,45 | 65.157,96 | 15.237,34 |
| **2008** | 122.272,35 | 39.513,96 | 78.850,00 | 3.908,39 |
| **Observações:** Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro. | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

### Considerações

Conforme se depreende da leitura do quadro acima exposto, em 31/12/2010, a SR/DPF/RS possuía saldo de Restos a Pagar a pagar não processados de 3,20% e 11,44% dos montantes totais inscritos em 2008 e 2009, respectivamente.

As considerações relativas ao controle do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores foram acompanhadas mensalmente pela Setorial de Contabilidade da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF, bem como pelas Coordenações de Contabilidade do Ministério da Justiça e da Secretaria do Tesouro Nacional. Sendo assim, no âmbito do DPF, as referidas Unidades, responsáveis principalmente pelo acompanhamento da conformidade contábil, possuem maior ingerência e acompanhamento sobre as seguintes questões: (a) a evolução da estratégia de pagamento dos Restos a Pagar adotada pelo órgão; (b) os impactos porventura existentes na gestão financeira do órgão no exercício de referência, decorrentes do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores; (c) as razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro; (d) a existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto; por fim, (e) os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de Restos a Pagar.

Foi possível inferir que houve empenho por parte do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, a fim de reduzir a zero os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. Todavia, nem sempre tal meta se concretiza no tempo esperado, em razão de fatores alheios às determinações do ordenador de despesas, mais diretamente ligados a exigências formais da conformidade contábil do SIAFI, advindas da Setorial de Contabilidade responsável por esta Jurisdicionada, as quais são

encaminhadas a esta Unidade fixando prazos exíguos para o devido cumprimento, sob pena do surgimento de contratempos maiores no futuro, com as sanções cabíveis.

No tocante aos Restos a Pagar de exercícios anteriores em que houve pedido formal da Unidade Gestora (200372) pela manutenção dos saldos, foi enviada mensagem n° 2011/0540265-SIAFI à Setorial de Contabilidade, solicitando que fossem mantidos os saldos das notas de empenho 2008NE900060, no valor de R$741,12 (ano 2008) e 2009NE000009, no valor de R$7.745,85 (ano 2009), ambos do Banrisul, com a seguinte justificativa: viabilizar pagamento de licenciamento e do Seguro para Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, referente a viaturas e veículos apreendidos em exercícios findos, atendendo a mensagem 2011/0524821-SIAFI.

Por fim, em cumprimento ao Decreto nº 7.418, de 31/12/10, ficou prorrogado, até 30 de abril de 2011, o prazo de validade dos restos a pagar não-processados das despesas inscritas nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009. Diante disso, todos os Restos a Pagar Inscritos até o exercício de 2009 e cujo pagamento não se faça mais necessário serão cancelados até a data supramencionada.

## 5. RECURSOS HUMANOS

### 5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XLIX - Composição do Quadro de Recursos Humanos

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos em 2010 | Egressos em 2010 |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1 Provimento de cargo efetivo** | **752** | **752** | **-** | - |
| **1.1 Membros de poder e agentes políticos** | | | **-** | **-** |
| **1.2 Servidores de Carreira** | | | **24** | **01** |
| 1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão | | | 21 | 01* |
| 1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado | | | 03 | - |
| 1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório | | | - | - |
| 1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas | | | - | - |
| **1.3 Servidores com Contratos Temporários** | | | - | - |
| **1.4 Servidores Cedidos ou em Licença** | | | | |
| 1.4.1 Cedidos | | | 04# | - |
| 1.4.2 Removidos | | | 45 | - |
| 1.4.3 Licença remunerada | | | 24 | - |
| 1.4.4 Licença não remunerada | | | 01 | - |
| **2 Provimento de cargo em comissão** | | | - | - |
| **2.1 Cargos Natureza Especial** | | | **-** | **-** |
| **2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior** | | | - | - |
| 2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão | | | - | - |
| 2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado | | | - | - |
| 2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas | | | - | - |
| 2.2.4 Sem vínculo | | | - | - |
| 2.2.5 Aposentado | | | - | - |
| **2.3 Funções gratificadas** | | | **-** | **-** |
| 2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão | | | - | - |
| 2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado | | | - | - |
| 2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas | | | - | - |
| **Total** | 752 | 752 | | |

Fonte: SIAPE; situação apurada em 31/12/2010; informado pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RS

Obs.: Trinta e oito servidores exercem cargos em comissão na Unidade Jurisdicionada e integram a lotação total, tendo ingressado no DPF nomeados em cargo de provimento efetivo, de carreira vinculado ao órgão, sendo que 04 (quatro) servidores compõem Grupo de Direção e Assessoramento Superior e 34 (trinta e quatro) possuem função gratificada.

*Óbito

# Quatro servidores se encontravam cedidos em 2010: 02 (dois) Agentes Administrativos na AGU/RS; 02 (dois) Agentes de Polícia Federal em outro órgão do Ministério da Justiça.

### 5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/RS, referem-se a dados apenas ano exercício de 2010, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro L – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

| Regime de proventos / Regime de aposentadoria | | Quantitativo de Servidores | Aposentadorias em 2010 |
|---|---|---|---|
| 1 | Integral | NA | **18** |
| 1.1 | Voluntária | NA | 16 |
| 1.2 | Compulsório | NA | 0 |
| 1.3 | Invalidez Permanente | NA | 02 |
| 1.4 | Outras | NA | 0 |
| 2 | Proporcional | NA | 0 |
| 2.1 | Voluntária | NA | 0 |
| 2.2 | Compulsório | NA | 0 |
| 2.3 | Invalidez Permanente | NA | 0 |
| 2.4 | Outras | NA | 0 |

Fonte: SIAPE; situação apurada em 31/12/2010; informado pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RS
NA – Não se Aplica

Quadro LI - Quadro de Instituidores de Pensão

| Regime de proventos originário do servidor | | Quantitativo de Beneficiários | Pensões concedidas em 2010 |
|---|---|---|---|
| 1. | Integral | NA | **02** |
| 2. | Proporcional | NA | - |

Fonte: SIAPE; situação apurada em 31/12/2010; informado pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RS

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Nesta Unidade, encontra-se em vigor apenas um contrato, n° 01/2008-SR/DPF/RS, com a Fundação Conesul de Desenvolvimento, CNPJ: 03.132.595/0001-27, cujo prazo de vigência foi prorrogado até 31/12/2011. A taxa de administração pactuada é de 3,85%.

Quadro LII - Composição do Quadro de Estagiários

| *Nível de escolaridade* | *Quantitativo de estágiários* | | | | *Custo do exercício* *(Valores em R$ 1,00)* |
|---|---|---|---|---|---|
| | *1º Trimestre* | *2º Trimestre* | *3º Trimestre* | *4º Trimestre* | |
| ***Nível superior*** | | | | | - |
| Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | - |
| Área Meio | 26 | 24 | 22 | 26 | 156.000,00 |
| ***Nível Médio*** | | | | | - |
| Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | - |
| Área Meio | 0 | 0 | 0 | 0 | - |

*Fonte:* Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RS

5.4) Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/RS nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Desta forma, no

exercício de 2010, os custos totais de recursos humanos vinculados à esta Unidade Jurisdicionada (unidade pagadora SR/DPF/RS) corresponderam a R$ 99.252.508,00, R$ 56.575.329,00 e R$ 8.891.669,70, considerando, respectivamente, 752 servidores ativos, 385 aposentados e 119 pensionistas, o que totaliza um montante de R$ 164.719.506,70.

Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados.

Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro LIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:** 200063/00001 | | | | | **CNPJ:** 00394494/0037-47 | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do contrato** | **Área** | **Nat.** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período contratual de execução das atividades contratadas** | | **Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2008 | L | O | 15/2008 | 02.252.865/0001-70 | 29/01/2008 | 31/12/2011 | 73 | 73 | - | - | - | - | P |
| 2008 | V | O | 18/2008 | 03.144.992/0001-19 | 01/04/2008 | 31/12/2011 | 43 | 43 | - | - | - | - | P |
| 2008 | V | O | 23/2008 | 92.653.666/0001-67 | 25/06/2008 | 31/12/2010 | 09 | 09 | - | - | - | - | E |
| **Observação: -** | | | | | | | | | | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.<br>**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.<br>**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.<br>**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.<br>**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RS

Quadro LIV - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:** 200063/00001 | | | | | **CNPJ:** 00394494/0037-47 | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do contrato** | **Área** | **Nat.** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período contratual de execução das atividades contratadas** | | **Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2008 | 7 | O | 27/2008 | 05.894575/ 0001-19 | 01/08/2008 | 31/12/2011 | 20 | 20 | 120 | 120 | | | P |
| 2008 | 7 | O | 29/2008 | 02.095.393/ 0001/90 | 01/08/2008 | 31/12/2011 | | | 03 | 03 | | | P |
| 2008 | 7 | O | 26/2008 | 78.533.312/ 0001-58 | 24/07/2008 | 31/12/2011 | | | 54 | 54 | | | P |
| 2009 | 7 | O | 16/2009 | 78.533.312/ 0001-58 | 01/06/2009 | 31/12/2001 | | | 09 | 09 | | | P |
| 2010 | 7 | O | 15/2010 | 78.533.312/ 0001-58 | 01/12/2010 | 31/12/2010 | | | 10 | 10 | | | P |
| 2009 | 7 | O | 37/2009 | 07.659.227/ 0001-92 | 01/12/2009 | 01/12/2010 | | | 10 | 10 | | | E |
| 2010 | 2 | O | 03/2010 | 00.192.707/ 0001-47 | 11/01/2010 | 31/12/2011 | 07 | 07 | | | 01 | 01 | P |
| 2006 | 4 | O | 09/2006 | 93.124.642/ 0001-83 | 30/04/2006 | 30/04/2011 | | | 10 | 10 | | | P |
| 2009 | 7 | O | 17/2009 | 20.525.093/ 0001-85 | 01/06/2009 | 31/12/2011 | | | 04 | 04 | | | P |
| 2009 | 7 | O | 38/2009 | 05.245.720/ 0001-30 | 01/12/2009 | 31/12/2010 | | | 02 | 02 | | | E |
| 2009 | 7 | O | 39/2009 | 05.245.720/ 0001-30 | 01/12/2009 | 31/12/2010 | | | 02 | 02 | | | E |
| 2009 | 7 | O | 43/2009 | 05.245.720/ 0001-30 | 28/12/2009 | 28/12/2010 | | | 05 | 05 | | | E |
| 2010 | 7 | O | 07/2010 | 02.252.865/ 0001-70 | 01/01/2010 | 31/12/2011 | 02 | 02 | | | | | P |
| **Observação:** - | | | | | | | | | | | | | |

**LEGENDA**
**Área:**
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RS

Quadro LV - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|---|---|---|---|
| 15/2008 | 7 | 73 | Superintendência Regional e Delegacias Descentralizadas |
| 18/2008 | 8 | 43 | Superintendência Regional e Delegacias Descentralizadas |
| 23/2008 | 8 | 09 | Superintendência Regional |
| 27/2008 | 9 | 140 | Superintendência Regional e Delegacias Descentralizadas |
| 29/2008 | 9 | 03 | Superintendência Regional |
| 26/2008 | 9 | 54 | Superintendência Regional (Aeroporto e Passaporte) e Delegacias de Polícia Federal em Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Santo Ângelo. |
| 16/2009 | 9 | 09 | Delegacia de Polícia Federal em Santa Vitória do Palmar (Chuí) |
| 15/2010 | 9 | 10 | Posto Avançado de Fronteira em Quaraí |
| 37/2009 | 9 | 10 | Posto Avançado de Fronteira em Quaraí |
| 03/2010 | 2 | 08 | Superintendência Regional |
| 09/2006 | 4 | 10 | Superintendência Regional |
| 17/2009 | 9 | 04 | Delegacias de Polícia Federal em Bagé, Pelotas e Rio Grande. |
| 38/2009 | 9 | 02 | Posto Avançado de Fronteira em Porto Mauá |
| 39/2009 | 9 | 02 | Posto Avançado de Fronteira em Porto Xavier |
| 43/2009 | 9 | 05 | Posto Avançado de Fronteira em Aceguá |
| 07/2010 | 9 | 02 | Superintendência Regional (Canil) |

**LEGENDA**
**Área:**
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RS

## 5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

### Considerações gerais

- **Absenteísmo** - No ano de 2010, não foram registradas ausências de servidores junto ao Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/RS.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais** - No decorrer do ano de 2010, foram instauradas pela Corregedoria cinco sindicâncias a fim de apurar acidentes com viaturas na SR/DPF/RS. Foi homologado apenas um procedimento de acidente de trabalho, originado na Delegacia de Polícia Federal de Pelotas em 2009. Há dois procedimentos de acidente em serviço que foram instaurados na SR/DPF/RS em 2010, mas que aguardam ainda a homologação junto à Coordenação de Recursos Humanos/DGP/DPF.

Segundo o Serviço Médico do DPF, está sendo desenvolvido sistema Gerencial para o adequado acompanhamento dos procedimentos de Acidentes de Trabalho e doenças ocupacionais, que possibilitará a prestação de detalhamentos adicionais para os órgãos de controle. Nesta Unidade Jurisdicionada, não houve nenhuma ocorrência de doença ocupacional comprovada em 2010.

**- Rotatividade (*turnover*)** - Em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

**- Educação Continuada -** Em desenvolvimento pela DGP relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e o que foi efetivamente realizado.

**- Satisfação e Motivação -** Em desenvolvimento pela DGP, inclusive com pesquisa de campo, relatório gerencial que demonstre a satisfação e Motivação dos servidores.

**- Disciplina -** A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/RS, mediante o desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho. Em 2010, foram instaurados 08 (oito) Procedimentos Administrativos Disciplinares, 27 (vinte e sete) sindicâncias investigativas e 02 (duas) sindicâncias acusatórias. Ademais, a Corregedoria realizou correições em oito unidades desta Unidade Jurisdicionada, sendo analisados 1564 (mil quinhentos e sessenta e quatro) inquéritos.

**- Desempenho funcional -** Em desenvolvimento pela DGP nova avaliação de desempenho funcional, tendo sido formados grupos de trabalho para análise.

**- Níveis Salariais -** A critério da DGP, inclusive há grupos de trabalho formados para verificar os Níveis salariais do DPF.

**- Demandas Trabalhistas -** Tratando-se de servidores estatutários é acompanhado pela Divisão de Pareceres em Brasília.

**- Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional -** Encontram-se em desenvolvimento pela Diretoria de Gestão de Pessoal, em conjunto com as Superintendências Regionais e a Direção Geral do DPF, estudos fundamentando o efetivo adequado, inclusive com grupos de trabalho para definir os critérios de distribuição e aproveitamento do efetivo no Brasil.

No início de 2008, a Direção-Geral da Polícia Federal decidiu criar comissão de estudos a fim de criar um instrumento eficaz que orientasse a distribuição de efetivo por suas unidades, alocando eficazmente seus servidores de modo a atender às demandas da sociedade brasileira com a maior qualidade possível. Em 18 de janeiro de 2008, editou a Portaria nº 17/2008-DG/DPF, criando uma comissão para estudar o assunto.

Ao invés de simplesmente arbitrar a quantidade de servidores que deveria ser lotada em cada unidade policial federal de acordo com os sentimentos, interesses, impressões, ou experiências pessoais de seus membros e dar a tarefa como realizada, a comissão criada preferiu iniciar sua missão desenvolvendo uma metodologia que avaliasse objetivamente variáveis que representassem a demanda de serviços de cada unidade policial.

Considerando a fase inicial de estudos supracitada, a fim de construir um modelo capaz de estimar a distribuição ideal do efetivo de policiais federais, foram analisados diversos indicadores que poderiam ser utilizados, por terem relação com alguma atividade da Polícia Federal. Depois de uma análise preliminar, em que foram consideradas não apenas a pertinência do indicador com as atividades da Polícia Federal, mas também sua disponibilidade e seu grau de correlação com algum outro indicador, foi elaborada à seguinte lista com vinte e cinco indicadores selecionados:

a) número de inquéritos policiais instaurados;
b) número de inquéritos policiais relatados;
c) número de inquéritos policiais em andamento;
d) número de laudos periciais criminais;
e) número de prisões efetuadas;
f) número de indiciados;
g) número de ações de identificação civil e criminal;
h) número de passageiros de aeroportos;
i) movimentação de embarcações de longo curso;
j) movimentação de embarcações de cabotagem;
k) número de passaportes expedidos;
l) movimentação de estrangeiros;
m) número de agências bancárias;
n) número de empresas de vigilância;
o) número de vigilantes;
p) quantidade de drogas apreendidas1;
q) número de empresas de produtos químicos;
r) população;
s) número de municípios;
t) área territorial;
u) número de unidades de conservação;
v) área de unidades de conservação;
w) número de grupos indígenas;
x) população indígena;
y) extensão da linha de fronteira;

O valor de cada um desses indicadores para cada unidade da PF será representado por $I_{i,u}$, sendo que *u* indexa a unidade da PF em questão e *i* determina o indicador utilizado.Assim, por exemplo, $I_{a,SP}$ representa o indicador "a) número de inquéritos policiais instaurados" para a unidade SP; $I_{a,MG}$ representa o indicador "b) número de inquéritos policiais relatados" para a unidade MG; e assim sucessivamente. Para permitir a utilização desses indicadores como parâmetros de distribuição do efetivo, foi realizada, para cada um deles, a normalização:

$$\overline{I}_{i,u} = \frac{I_{i,u}}{\sum_u I_{i,u}}$$

$$\sum_u \overline{I}_{i,u} = 1, \text{ para todo } i$$

Ou seja, o valor de cada indicador, em cada unidade da PF (por exemplo, do número de laudos periciais criminais) foi dividido pelo somatório dos valores desse mesmo indicador em todas as unidades da PF (por exemplo, dividido pelo total global de laudos periciais criminais elaborados em toda a PF). Essa normalização teve dois objetivos principais. O primeiro é a eliminação da unidade de medida do indicador original, o que é necessário para permitir a composição do indicador único, que irá agregar informações medidas em unidades incompatíveis como kg, km² etc.

Dessa maneira, ao se dividir, por exemplo, a área territorial de um Estado, medida em km², pela área territorial total do Brasil (somatório das áreas de todos os Estados), também medida em km², obtém-se um valor sem dimensão (não é mais uma medida de área), um número. Repetindo

esse procedimento para todos os indicadores, passa-se a ter um conjunto de números que podem ser operados (somados, multiplicados etc.) entre si.

O segundo objetivo da normalização é eliminar as distorções de escala entre os indicadores. Por exemplo, se um dos indicadores tiver valores da ordem de milhões (como é o caso da população dos Estados, por exemplo) e outro tiver valores da ordem de milhares (como é o caso dos indicadores relativos a números de inquéritos e de laudos periciais criminais), uma composição desses dois indicadores será dominada pelo indicador de valores mais altos (nesse caso, a composição – soma – da população com o número de IPL instaurados será praticamente igual à população, de modo que a informação do número de IPL será perdida).

Além disso, como conseqüência da normalização, os indicadores normalizados podem ser diretamente multiplicados pelo efetivo total da PF[6] para se chegar ao valor do efetivo projetado pelo indicador *i* para a unidade *u*. Por exemplo, para se obter o efetivo projetado pelo indicador "a) número de inquéritos policiais instaurado" para a unidade do AM, basta multiplicar o efetivo total da PF pelo indicador normalizado $\overline{I}_{i\,a,AM}$ (que, representa o número de inquéritos instaurados no AM dividido pelo número total de inquéritos instaurados em todas as unidades).

Concluiu-se que nenhum dos indicadores listados poderia, isoladamente, representar de forma satisfatória a realidade da Polícia Federal e, desse modo, optou-se por construir um novo indicador único a partir da composição de todos os indicadores listados anteriormente numa média ponderada:

$$N_u = \sum_i P_i \overline{I}_{i,u} = \sum_i P_i \left[ \frac{I_{i,u}}{\sum_u I_{i,u}} \right]$$

onde $N_u$ representa o novo índice único para a unidade *u*, e $P_i$ representa o peso atribuído cada um dos indicadores, $I_i$, na composição do índice único.

Como se observa, para a construção do índice único, N, tornou-se necessário resolver uma nova questão: a distribuição dos pesos, $P_i$, dos indicadores individuais na composição do índice global. Destaque-se que não se deve proceder à média simples (pesos igualmente distribuídos) dos indicadores para a construção do índice único porque certamente há, na lista de indicadores selecionados, aqueles indicadores cujos impactos nas atividades da Polícia Federal são mais significativos que outros. Ou seja, se fosse realizada uma média simples dos indicadores, se estaria implicitamente admitindo que, por exemplo, a relevância do indicador "n)" número de empresas de vigilância" é a mesma do indicador "a) número de inquéritos policiais instaurados" para fins de definição de lotação. Ao utilizar a média ponderada, podem-se definir quais indicadores devem ter mais ou menos influência na composição do índice único.

[6] Optou-se por excluir do cálculo os órgãos centrais e, dessa forma, o "efetivo total da PF", nesse contexto, é o somatório dos efetivos das superintendências regionais e das delegacias.

A fim de solucionar a questão da ponderação dos indicadores na composição do índice único, N, optou-se por analisar a atual distribuição do quantitativo de servidores policiais entre as diversas atividades da PF. Com base nesses dados, foi possível determinar o peso[7] relativo de cada atividade dentro da demanda global da PF e, dessa maneira, entendeu-se possível e razoável ponderar os indicadores nessa mesma proporção.

Deve-se destacar que a solução proposta considera a situação atual[8] da PF como paradigma, de modo que, se eventualmente houver distorções na distribuição de policiais entre as diferentes atividades da PF, o método irá incorporar essas distorções na composição do índice único N. Não foi feita qualquer análise crítica da situação atual, nesse aspecto, o que pode ser incluído numa etapa posterior pela simples redistribuição dos pesos dos indicadores utilizados.

Ainda, deve-se destacar que alguns dos indicadores listados anteriormente, embora tenham certamente impacto nas atividades da PF, não podem ser ponderados pela forma estabelecida de contagem de servidores, pois não há efetiva alocação de policiais para uma atividade relacionada a esses indicadores. Esse é o caso, por exemplo, dos indicadores população, área territorial e de outros indicadores que serão denominados de "Geográficos" e que serão tratados de forma diferenciada.

O levantamento da distribuição dos policiais federais entre as diversas atividades da PF foi feito por meio de consulta a todas as superintendências regionais e delegacias. No caso das superintendências regionais, como existe estrutura interna que define a área de atuação dos policiais, foi necessário apenas levantar a lotação os servidores. O resultado do levantamento das lotações dos servidores nas superintendências regionais foi apurado somente pela CRH/DGP/DPF em 2008, de modo que as conclusões finais decorrentes da fixação dos objetivos estabelecidos encontram-se na instância do Órgão Central.

No caso das delegacias, como não existe essa estruturação interna e como, em geral, os policiais atuam em mais de uma área específica, foi necessário que se informasse nominalmente, para cada servidor, quais os tipos de atividades desenvolvidas, dentre uma lista de atividades pré-definidas[9].

Para solucionar a questão de policiais que atuam em mais de uma atividade, os servidores nessa situação foram "fracionados" em tantas partes quantas fossem as atividades executadas. Dessa maneira, por exemplo, para os servidores que exercem três atividades foi atribuída a fração de um terço de servidor para cada uma dessas atividades. O resultado do levantamento das lotações dos servidores nas delegacias, com as conclusões quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos foi apurado pela CRH/DGP/DPF em 2008.

---

[7] O "peso" das atividades, nesse ponto, não faz qualquer julgamento de valor sobre a relevância das atividades desenvolvidas ou sobre sua importância para a PF. Buscou-se unicamente determinar a proporção do efetivo total da PF dedicado à realização de cada atividade. Nesse sentido, o "peso" indica a demanda relativa de policiais dedicados a cada atividade e, dessa forma, as atividades de "peso" elevado são as que absorvem um maior número de servidores policiais para sua execução, enquanto que as atividades de "peso" baixo são as que envolvem uma quantidade reduzida de servidores.

[8] A "situação atual" tomada para fins de ponderação de indicadores reflete o quadro existente em março de 2008, quando foram realizadas as pesquisas.

[9] As atividades consideradas foram: Inquérito Policial, Perícia Criminal, Drogas, Presos, Identificação Civil e Criminal, Imigração, Segurança Privada e de Dignitários, Produtos Químicos, Administração.

A metodologia proposta para a primeira fase de estudo limitou as análises de modo a considerar os Estados da federação como unidades mínimas, computando conjuntamente as superintendências regionais e as delegacias subordinadas. Optou-se por deixar o estudo mais detalhado de individualização das delegacias para um momento posterior, após a consolidação do método em questão.

Convém frisar que o método inicialmente criado, acima exposto, é apenas um instrumento de orientação e auxilio na gestão dos sistemas de lotação e remoção de pessoal, não se constituindo em uma ferramenta de cunho compulsório para a Administração do órgão. Deste modo, é possível com outras políticas de pessoal que a Polícia Federal já possua ou queira eventualmente implantar como: a manutenção da unidade familiar de servidores do órgão, o estabelecimento de efetivos mínimos por unidade policial, a combinação de servidores experientes com novatos nas unidades, a lotação inicial de servidores em regiões de difícil fixação, a remoção por concurso, a fixação de prazo mínimo para lotação em determinada localidade, o recrutamento de servidores dotados de conhecimentos específicos para determinados setores, entre outros.

Atualmente, encontra-se em vigor a Instrução Normativa n° 016/2009-DG/DPF, baseada no Quadro de Cargos Policial (QCP) do Departamento de Polícia Federal, instrumento que discrimina a estrutura organizacional de pessoal adequada para o funcionamento regular de todas as unidades centrais e descentralizadas do órgão, considerando-se para esse fim o efetivo existente. O Quadro de Cargos Policial (QCP) é estabelecido por portaria do Diretor Geral, mediante proposta do Diretor de Gestão de Pessoal, podendo ser revisto semestralmente ou quando houver previsão de ingresso de novos servidores.

## 6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS

– não se aplica à natureza jurídica da UJ–

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## 7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Quadro LVI - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação completa (UJ)** | **Código da UG** |
| Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul | 200372, 200373 |

Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congênere. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Local** | Porto Alegre - RS | **Data** | 28 de Março de 2011 |
| **Responsável** | José Jair Wermann | **Matrícula** | 6469 |

## 8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei n° 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, pela lei supracitada, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas o fazem anualmente. Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

## 9. CONTROLES INTERNOS

Quadro LVII - Estrutura de controles internos da UJ

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ambiente de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | x | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | x | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | x | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | x |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | x |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | x | | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | x | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | | | x |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | x | |
| **Avaliação de Risco** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | x | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | x | | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | x | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | x | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | x | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | x | | |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | x | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | x |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | x |
| **Procedimentos de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | x | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | x | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | x | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | x | | |
| **Informação e Comunicação** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | x |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | x |
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | x | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma | | | | x | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| eficaz. | | | | | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | x | |
| **Monitoramento** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | x | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | x | | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | x | | |

Considerações gerais
**Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos**: Foi designado um servidor da Unidade Jurisdicionada lotado no SELOG/SR/DPF/RS para fornecer as respostas.

**LEGENDA**
**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
**(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Assim, até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

## 10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro LVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

| **Aspectos sobre a gestão ambiental** | **Avaliação** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | | **x** | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | **-** | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | **x** | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | **x** | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | **x** | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | - | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | | **x** | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | - | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **x** | | | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | - | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | **x** | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | - | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | | | **x** | | |
| Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | - | | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | **x** | | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | **x** | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | **x** |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | | | | **x** |
| Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | Através de comunicação oficial (memorando) e publicação de aviso na intranet. | | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | **x** | | | |

| | |
|---|---|
| Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | 1) Distribuição de Folders nas Delegacias com a devida publicidade do Programa Carbono Neutro, sendo destacado o plantio de árvores, veiculado pela imprensa local;<br>2) Comissão de Coleta Seletiva Solidária constituída nesta Regional em 2007 |

Considerações Gerais:

**Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:** Considerando que a Comissão Permanente de Licitações e o Setor de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/RS lidam diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por 01 (um) funcionário lotado em cada um dos referidos setores.

Detalhes adicionais a respeito do Programa Carbono Neutro, em vigor na SR/DPF/RS, encontram-se na seção 17.2.2 do presente Relatório de Gestão.

Considerando o disposto no Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por meio da Portaria n° 184/2007-SR/DPF/RS, de 09/07/2007 foi criada a Comissão de Coleta Seletiva Solidária no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Atualmente, a referida Comissão é responsável por coordenar a implantação dos trabalhos de coleta no prédio e estabelecer o relacionamento do DPF com as associações e cooperativas de catadores participantes em todas as etapas do processo, especialmente nas fases de cadastramento e celebração dos acordos locais, além de acompanhar a implantação do programa em todas as suas etapas, desde o início da realização do diagnóstico, o planejamento da infra-estrutura para a seleção de material e para a coleta diferenciada dos resíduos, o armazenamento temporário, o sistema de retirada do material, a sensibilização e educação permanente dos servidores e demais integrantes da instituição, até a avaliação e monitoramento do processo.

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RS

## 11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Seguem adiante três quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

Quadro LIX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2009 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | **RIO GRANDE DO SUL** | **15** | **11** |
| | Caxias do Sul | 01 | 01 |
| | Jaguarão | 01 | 01 |
| | Passo Fundo | 01 | 01 |
| | Porto Alegre | 02 | 02 |
| | Porto Xavier | 01 | - |
| | Rio Grande | 01 | 01 |
| | Santa Maria | 02 | 02 |
| | Santa Vitória do Palmar | 01 | 01 |
| | Santo Ângelo | 01 | 01 |
| | São Borja | 01 | 01 |
| | Tuparendi | 02 | - |
| | Uruguaiana | 01 | - |
| **Subtotal Brasil** | | **15** | **11** |
| EXTERIOR | **PAÍS** | Não há | Não há |
| | cidade | Não há | Não há |
| **Subtotal Exterior** | | **-** | **-** |
| **Total (Brasil + Exterior)** | | **15** | **11** |

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Quadro LX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2009 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | **RIO GRANDE DO SUL** | | |
| | SR/DPF/RS – Garagem de Veículos | 1 | 1 |
| | UTEC – DPF/Santa Maria/RS | 1 | 1 |
| | UTEC – DPF/Passo Fundo/RS | 1 | 1 |
| | Delegacia Pelotas e Depósito de Veículos | 1 | 1 |
| | Delegacia de Uruguaiana/RS | 1 | 1 |
| | Delegacia de Caxias do Sul | 2 | 2 |
| | Delegacia de Bagé | 1 | 1 |
| | Delegacia de Santa Cruz do Sul | 1 | 1 |
| **Subtotal Brasil** | | **09** | **09** |
| EXTERIOR | **PAÍS** | Não há | Não há |
| | cidade | Não há | Não há |
| **Subtotal Exterior** | | **-** | **-** |
| **Total (Brasil + Exterior)** | | **09** | **09** |

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/RS

Quadro LXI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel em R$ | | | Despesa com Manutenção no exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Imóvel | Instalações |
| 200372 | 8599.00034.500-2 | 13- Entrega Adm Fed Direta | 4-Regular | Não informado | 09/06/2000 | 650.697,75 | 0,00 | 0,00 |
| 200372 | 8721.00031.500-2 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 3-Bom | Não informado | 04/12/2001 | 237.724,72 | 0,00 | 38.680,27 |
| 200372 | 8785.00030.500-3 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 3-Bom | Não informado | 06/03/2008 | 875.404,44 | 38.680,27 | 19.340,13 |
| 200372 | 8801.00513.500-4 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 3-Bom | Não informado | 04/12/2001 | 4.052.638,85 | 5.949,36 | 53.544,24 |
| 200372 | 8801.00577.500-3 | 12-Em regularização Entrega | 2-Muito bom | Não informado | 30/12/2005 | 12.368.329,00 | 71.392,33 | 166.582,10 |
| 200372 | 8815.00165.500-3 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 3-Bom | Não informado | 04/12/2001 | 699.093,92 | 0,00 | 19.340,13 |
| 200372 | 8841.00306.500-8 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 3-Bom | Não informado | 04/12/2001 | 59.997,97 | 0,00 | 0,00 |
| 200372 | 8841.00352.500-9 | 23-Vago para uso | 4-Regular | Não informado | 10/07/2008 | 1.300.245,57 | 0,00 | 0,00 |
| 200372 | 8849.00028.500-2 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 3-Bom | Não informado | 04/12/2001 | 249.318,45 | 19.340,13 | 19.340,13 |
| 200372 | 8853.00039.500-0 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 2-Muito bom | Não informado | 04/12/2001 | 713.981,56 | 19.340,13 | 19.340,20 |
| 200372 | 8863.00033.500-5 | 13-Entrega Adm Fed Direta | 4-Regular | Não informado | 04/12/2001 | 59.997,96 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | | **Total** | 21.267.430,19 | 154.702,22 | 336.167,13 |

Fonte: Setor de Edificações/SELOG/SR/DPF/RS e Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A relação de imóveis da Unidade Jurisdicionada em referência, bem como os valores reavaliados desses imóveis encontram-se carentes de atualização mais precisa no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET. De acordo com a Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Patrimônio da União nº 322 de 23 de agosto de 2001, o SPIUNET passou a ser a principal fonte alimentadora do SIAFI para efeito de contabilização dos imóveis, mantendo a tempestiva compatibilidade entre as informações existentes nos Sistemas.

Ante o exposto, são aguardadas providências visando à adequada atualização dos valores dos imóveis de uso especial sob real responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada, e, por conseguinte, uma mensuração mais fidedigna dos referidos imóveis por parte do órgão federal competente, a fim de que a base monetária seja confiável de maneira que o valor registrado no SPIUNET espelhe o valor justo (de mercado), considerando-se os valores depreciáveis, quando cabíveis.

Já houve solicitação junto à Superintendência Regional da Secretaria de Patrimônio da União no Rio Grande do Sul para que sejam realizados os devidos ajustes relativos às inconsistências acima relatadas, sobretudo no tocante à relação total de imóveis desta Jurisdicionada.

Conforme referido na seção 2.3.2 do presente Relatório (considerações), convém frisar que, em razão de rescisão contratual com a empresa responsável pela manutenção predial das Delegacias de Polícia Federal no interior do Estado em maio de 2010, as providências ou solicitações de manutenção têm ficado a cargo de cada Delegacia, com o apoio técnico-administrativo do SELOG da SR/DPF/RS, conforme a natureza de serviço requisitado.

## 12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

Segue adiante um quadro contendo a avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam aos NTIs. Nesse contexto, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

Quadro LXII - Gestão de TI da UJ

| Quesitos a serem avaliados | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| **Planejamento** | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | | x |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | | | | x | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | x | | | | |
| **Recursos Humanos de TI** | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | 17 | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. | x | | | | |
| **Segurança da Informação** | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | x | | | | |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | | | x | | |
| **Desenvolvimento e Produção de Sistemas** | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | x | | | | |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | x | | | | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | x | | | | |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | x | | | | |
| **Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI** | | | | | |
| 12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | 60,00% | | | | |
| 13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | | x |
| 14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | | | x | | |
| 15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | | x | | |

Observação:
**Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:** As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/RS, em 24/02/2011.
Convém salientar que os dados referentes a planejamento estratégico da área em questão são obtidos junto à Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, em Brasília/DF. Adicionalmente, algumas ações executadas nesta Unidade Jurisdicionada, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central encontram-se mais pormenorizadas na seção 17.2.4 do presente Relatório.

**LEGENDA**
**Níveis de avaliação:**
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/RS

## 13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) n° 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria n° 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, Portaria 3.681-MJ, de 5 de novembro de 2009, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa n° 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN n° 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN n° 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto n° 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2010, nesta Unidade Jurisdicionada, houve redução de 26,81% das despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2009. Os montantes gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos no quadro abaixo.

Quadro LXIII – Despesas pagas mediante suprimento de fundos

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| **Regime de Execução Especial** | **808.652,15** | **637.709,48** | **808.652,15** | **637.709,48** |
| **Suprimento de Fundos** | 808.652,15 | 637.709,48 | 808.652,15 | 637.709,48 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL

## 14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

– não se aplica à natureza jurídica da UJ–

## 15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2010.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2010.

15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não recebeu recomendações da Controladoria–Geral da União no exercício de 2010.

15.4) Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações da Controladoria–Geral da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2010.

## 16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

– não ocorreu no período –

## 17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE

17.1) Dificuldades enfrentadas na gestão da Unidade

As restrições e limitações no desenvolvimento das atividades, na área-finalística e principalmente na área-meio, consistiram basicamente na escassez de recursos humanos e financeiros. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como conseqüência de outros problemas, como a crise financeira global de 2008, que se estendeu e teve reflexos nos anos de 2009 e 2010.

Apesar de ainda insuficiente, a oferta de recursos e a disponibilização de equipamentos adquiridos pelos Órgãos Centrais contribuiu para uma melhora em relação ao exercício anterior. As soluções encontradas pela SR/DPF/RS para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e, principalmente, de agentes administrativos.

17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2010, deve ser destacada a instituição do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral, conforme Portarias adiante apresentadas.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – "GesPública" foi criado em 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do País.

O momento atual do contexto brasileiro exibe um conjunto de prioridades, tais como a necessidade de elevar os níveis de atendimento ao cidadão, de introduzir melhorias em processos estruturantes e de compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações. O Programa GesPública tem papel fundamental em tal dinâmica, uma vez que suas estratégias, modelos e procedimentos incorporam as atuais necessidades em questão.

Assim, considerando a necessidade de promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; além da definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; bem como visando a melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, através da Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 9 de agosto 2010.

O Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por sua vez, foi criado através da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

O CIGE/GAB/DPF possui, entre outras, as seguintes atribuições:

I – coordenar as atividades da gestão estratégica;
II – propor e orientar a implantação da Metodologia de Gestão Estratégica da Polícia Federal – MGE/PF, promovendo sua constante atualização e disseminação;
III – propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial;
IV – orientar as unidades centrais e descentralizadas acerca da utilização da MGE/PF;

V – zelar pela guarda e atualização do Plano Estratégico, do Portfólio Estratégico e do Mapa Estratégico da Polícia Federal, promovendo o esclarecimento e a ampla divulgação desses instrumentos;
VI – proceder às alterações devidas relacionadas às atividades de gestão estratégica nos Sistemas de Informação correspondentes, gerenciando sua utilização e propondo as mudanças necessárias em sua concepção, estrutura e funcionamento;
VII – propor ações de capacitação de pessoal para o desempenho das funções inerentes às atividades de gestão estratégica;
VIII – propor ao Diretor-Geral o estabelecimento de parceria e intercâmbio com outros órgãos e entidades nas atividades relativas à gestão estratégica;
IX – incentivar o reconhecimento institucional das melhores práticas, idéias e inovações organizacionais em matéria de gestão estratégica.

Nos anos vindouros, a estratégia visa a garantir a efetiva implantação dos Escritórios de Projetos Setoriais – EPS em Diretorias e Superintendências do DPF.

Com a formalização do início do projeto, o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE deu início às ações relacionadas à efetivação do escopo aprovado. Assim, entre janeiro e dezembro de 2011 há previsão de que sejam entregues produtos que englobam desde a identificação e o mapeamento dos processos relacionados à Gestão de Projetos, até a formalização de Escritórios Setoriais em diferentes Unidades da Federação, inclusive na SR/DPF/RS.

Nesse mesmo diapasão, elevando-se o enfoque nos processos e controles internos do DPF, foi aprovada uma Instrução Normativa, em 23/12/2010, com a finalidade de definir os procedimentos para a instituição, no âmbito das Superintendências de Polícia Federal, da Unidade de Controle Interno – UCI, subordinadas ao respectivo Superintendente Regional e vinculada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno, com a atribuição de assessorar o dirigente da unidade descentralizada nas atividades de análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

Foi publicado no Aditamento Semanal nº 48/2010, de 03/12/2010, a Portaria n° 279/2010-GAB/SR/DPF/RS, designando um servidor, que foi lotado no SELOG da SR/DPF/RS, a fim de exercer a Conformidade de Registros Contábeis, de registros de gestão, de atos de execução orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito das Unidades Gestoras Primária (200063) e Secundárias (200372 a 200373). Desta forma, a conformidade contábil, até então realizada exclusivamente por servidores da Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF, recebeu um reforço local.

Com efeito, os resultados alcançados têm sido positivos, de maneira que foram sanados ainda no exercício de 2010 os problemas mais recorrentes, haja vista a ausência de inconsistências contábeis a partir do primeiro relatório de Conformidade Contábil elaborado pelo responsável designado, relativo ao mês de dezembro de 2010. As impropriedades constatadas, de mínima gravidade, demandavam, sobretudo, uma comunicação mais estreita entre os núcleos responsáveis pela contabilidade dessa Unidade Jurisdicionada.

Ante o exposto, em 2011, há perspectivas de regionalização dos escritórios do Centro Integrado de Gestão Estratégica e da Assessoria de Controle Interno do DPF, com a implantação gradativa dessas unidades no âmbito de cada Superintendência do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

Seguem adiante algumas tarefas desenvolvidas nesta Unidade Jurisdicionada relacionadas a Planejamento e Gestão desenvolvidas em 2010.

a) Remodelação das atividades da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ, que culminou na especialização de grupos conforme matéria a ser investigada, e tem auxiliado a implantação dos trabalhos com o "e-PROC", visando a estabelecer uma padronização dos respectivos serviços no ambiente da DELEFAZ, com uso de ferramentas de Planejamento e Gestão.

Estágio atual: divisão dos policiais federais por grupos de trabalho, e novo giro no ciclo PDCA ("*Plan, Do, Check, Act*", conhecido como ciclo de desenvolvimento com foco na melhoria contínua), com avaliação dos resultados e planejamento para 2011.

b) Implantação dos trabalhos referentes ao ingresso da SR/DPF/RS no programa GESPÚBLICA, com realização de palestra ministrada por um Delegado de Polícia Federal, mestre em Ciência Política com ênfase em Reforma do Estado. Foram abordados temas atuais referentes a Planejamento Estratégico, Qualidade Total, Método Toyota e Gestão por Indicadores. Também foi coordenada a Oficina de Autoavaliação, elaboração de relatório final com os consultores e apresentação do plano de melhoria da gestão. Outrossim, foram respondidos questionamentos complementares originados da Direção Geral e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos.

Estágio atual: foi elaborado relatório, apontando-se as tarefas para os Planos de Melhoria de Gestão, contando como gerentes: o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e o Corregedor. Considerando o processo de engajamento na melhoria da gestão, a SR/DPF/RS já recebeu do Ministério do Planejamento a certificação do nível de gestão baseado no modelo "GesPública", de acordo com o Quadro LXVII (anexo ao presente Relatório).

c) Criação, nesta Regional, do Grupo de Trabalho para a Copa Mundial de Futebol 2014, que foi desenvolvido com reuniões com cada uma das respectivas áreas afeitas à realização desse evento esportivo, e que culminou na elaboração do Planejamento Estratégico Conciso do referido Grupo, apresentado ao DREX/SR/DPF/RS em outubro/2010.

Estágio atual: aguardam-se definições da Direção Geral do DPF, para desenvolver e implantar as estratégias previstas para a SR/DPF/RS.

17.2.2) Programa Carbono Neutro

Pelo terceiro ano consecutivo, a Polícia Federal no Rio Grande do Sul realiza o plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa, gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas, papel, entre outros.

Em 2010, foram plantadas no estado do Rio Grande do Sul 5.500 (cinco mil e quinhentas) mudas de árvores nativas em todas as unidades da Polícia Federal vinculadas a esta Regional.

17.2.3) Implantação do Sistema "e-PROC" – Processo Eletrônico

A Polícia Federal no Rio Grande do Sul é pioneira na implantação do inquérito eletrônico – "e-PROC", em utilização no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme exposto no quadro LVI (Anexo). O inquérito policial sem papel gera economia, celeridade e comunicação instantânea com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal.

Atendendo aos anseios da Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, foi publicada a Instrução de Serviço n° 02/2010 na SR/DPF/RS, que estabelece procedimentos e instruções para a instauração de inquéritos policiais, termos circunstanciados e demais expedientes de Polícia Judiciária da União no âmbito da SR/DPF/RS, bem como, a tramitação de tais peças perante a Justiça Federal e o Ministério Público Federal, tudo no sistema denominado "E-PROC", administrado pelo TRF/4ª Região.

17.2.4) Outros fatores positivos nas aquisições e melhorias na estrutura geral de atendimento da Unidade Jurisdicionada

A Polícia Federal em Bagé recebeu uma nova sede alugada, com 1.400 m² distribuídos em quatro pavimentos, após vinte e dois anos instalada na antiga Delegacia.

Foram instalados e ativados os postos de fronteira em Aceguá e Quaraí, na fronteira com o Uruguai, ligados à Delegacia de Polícia Federal em Bagé e Santana do Livramento, respectivamente, facilitando os procedimentos de migração, tornando mais efetivo o controle de entrada e saída de turistas estrangeiros no Brasil. Esses postos receberam equipamentos e foram interligados à rede DPFNet.

Em termos de melhoria no parque de equipamentos, destacam-se as seguintes ações:

a) configurados e instalados scanners de produção em todas as delegacias desta Regional e nas Descentralizadas do interior, a fim de permitir a operacionalização do "e-PROC";
b) configurados e instalados três servidores DELL PE R610 e quatro *Storages* PV MD 1000, com 10 (dez) Terabytes em cada um, para suportar as bases de dados da SR/DPF/RS e as cópias de contingência das bases de dados das descentralizadas, adquiridos no final de 2009;
c) configurados e instalados 22 (vinte e dois) computadores da marca Lenovo, na SR/DPF/RS, UTECs e Delegacias Descentralizadas;
d) Instaladas as redes táticas do Projeto Integrapol/Tetrapol em 11 das 13 cidades sedes das Delegacias Descentralizadas no Estado as quais, além do recebimento das estações repetidoras táticas (IDR), receberam também os rádios de comunicação portáteis (Hts) e rádios veiculares proporcionais aos seus respectivos quadros, de acordo com o previsto no projeto.

Em fevereiro de 2010, foi implantado, em âmbito estadual, o Sistema de Gerenciamento Policial – SIGEPOL, sistema Web, desenvolvido em software livre na SR/DPF/AC, destinado a gerenciar rotinas policiais e administrativas, com o objetivo de otimizar as tarefas desenvolvidas pelos servidores do Departamento de Polícia Federal. O SIGEPOL é uma suíte de aplicativos composta por diversos sistemas. No primeiro semestre, a implantação do sistema foi consolidada em Porto Alegre e, no segundo semestre, foi iniciada a disseminação nas descentralizadas.

No segundo semestre de 2010, foram realizadas manutenções preventivas de todos os equipamentos de Tecnologia de Informação (TI) e rede de comunicações das unidades descentralizadas do Estado.

Para dar continuidade ao atendimento aos usuários de TI nesta Unidade Jurisdicionada, o NTI preparou os Termos de Referência que irão orientar os processos licitatórios destinados à contratação de serviços nos moldes da Instrução Normativa n° 04/2010 do MPOG – contratação de serviços de telessuporte, manutenção de equipamentos de TI e suporte a servidores, rede, segurança da informação e rede de dados.

Na área de telefonia, foram realizados ajustes para operacionalizar os contratos firmados com as operadoras de telefonia local e móvel, o que possibilitou a ampliação de nove modems *3-G* para uso na Operação Sentinela, os quais foram, posteriormente remanejados para a SR/DPF/RS e distribuídos entre a DRCOR e a DREX para serem utilizado em apoio às operações policiais.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infraestrutura da rede DPFNet, utilização de espaço em disco, utilização de recursos de telefonia, entre outros. No que diz respeito à telefonia, em continuidade ao trabalho iniciado em 2009, foi obtida, durante o ano de 2010, uma redução de aproximadamente 50% nos custos de telefonia no âmbito da SR/DPF/RS.

## PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

## 1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Quadro LXIV - Declaração do Contador Responsável

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR<br>DECLARAÇÃO PLENA | |
|---|---|
| **Denominação Completa (UJ):** | **Código da UG:** |
| **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RS - SR/DPF/RS** | **200372 - 200373** |
| Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.<br><br>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. | |
| **Brasília/DF** | **Data: 09/03/2011** |
| **Contador Responsável:**<br>**GLADSTON GUIMARÃES NAVES** | **CRC nº DF-12534/O-8** |

## ANEXOS

Quadro LXV - Informações sobre a utilização da videoconferência no DPF

# Começa a funcionar o serviço de videoconferência

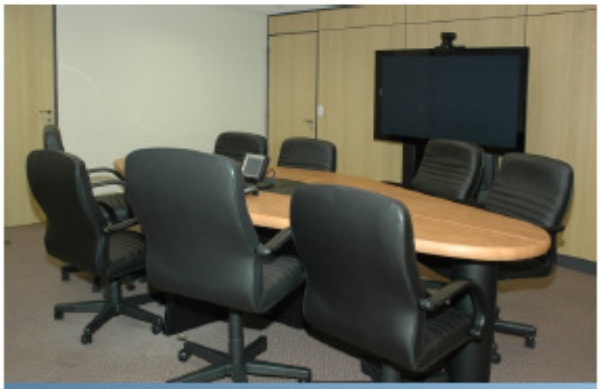
A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI concluiu a implantação do Sistema de Videoconferência da Polícia Federal.

O serviço irá permitir a comunicação multilateral por voz e imagem, criptografada, o que provê segurança e poderá ser utilizada com participação simultânea de até 48 unidades da Polícia Federal. O uso do sistema foi regulamentado pela Instrução Normativa 27/2010, publicada em 16 de abril último.

O gerenciamento do serviço caberá à Divisão de Comunicação Social. Haverá, nas superintendências, um supervisor regional. A supervisão nacional será realizada pela CTI. Os detalhes sobre o funcionamento do sistema, reserva de recursos e instalação do programa poderão ser obtidos na documentação disponibilizada no endereço http://intranet.dpf.gov.br/cti/servicos/videoconferencia. Orientação sobre o uso dos equipamentos poderão ser obtidos com os supervisores regionais, com o Service Desk através do telefone 0800-940-1210 ou através de correio eletrônico no endereço videoconferência@dpf.gov.br. O contato com a supervisão nacional será pelo telefone (61) 2024-9487.

Para o uso do serviço já foram adquiridos três tipos de equipamento: Mesa de Videoconferência - instalada na Direção-Geral; Sala de Reunião - a serem instaladas nas SRs, CTI, COAD/DLOG, DIP, INC e ANP; Executivo – a serem instaladas nas diretorias.

A implementação do serviço proporcionará agilidade, segurança e redução de custos, uma vez que não será necessário custear deslocamento de servidores para algumas atividades da PF.



Sala de videoconferência instalada na Sede da PF

FONTE: INFORMATIVO DA PF N° 28, DE 10 DE JUNHO DE 2010

Quadro LXVI - Informações sobre a utilização do VOIP no DPF

# VOIP, a sigla que ajuda economizar em telefonia

A PF tem a disposição um serviço que pode ajudar a economizar muito em custo de telefonia: o VOIP - Voice Over Internet Protocol. Mas afinal, o que esta sigla significa e por que ela ajuda a economizar? Parece complicado, mas é relativamente simples.

O VOIP significa, já traduzido e interpretado, o uso da tecnologia de rede da Internet para telefonia. Por ser pública e de alcance mundial, a Internet pode ser usada também para o "tráfego" de voz, o que resulta em economia em relação à comunicação privada comercializada por empresas. O VOIP é razoavelmente conhecido por usuários da Internet que o utilizam para economizar em telefonia através do aplicativo Skype.

O VOIP está disponível desde 2008 no âmbito da rede DPFNet, a rede de comunicação de dados interna da PF e que utiliza a mesma tecnologia de transmissão da Internet, o Internet Protocol. A DPFNet é um serviço de comunicação de dados pago e mantido pelo consórcio das empresas Oi, Brasil Telecom e Telefônica. A idéia foi a de utilizar a rede de comunicação para economizar em telefonia. O serviço de telefonia é pago a parte.

Técnicos da Divisão de Telecomunicações – DITEL/CTI acreditam que o tímido uso do serviço, que não está totalmente implantado em todo o âmbito da PF, tem gerado uma economia de aproximadamente 35% em ligações telefônicas. O VOIP está disponível em apenas dez estados, ou seja, em menos da metade das unidades da federação.

Usuários que utilizam regularmente o VOIP através do Skype já notaram alguns problemas na tecnologia, como demora na complementação da ligação, "metalização" da voz e o delay que são pequenas interrupções que ocorrem durante o diálogo. Os técnicos da Ditel dizem que esses problemas não existem mais devido ao uso de soluções mais avançadas que garantem a qualidade nas ligações.

A Ditel planeja estender o uso do VOIP a todas as unidades da PF no território nacional e também implantar ramais nas adidâncias até o final de 2011, aumentando a economia para a instituição.

Os usuários que desejarem realizar ligações telefônicas com o uso do VOIP poderão obter instruções na Intranet da PF, no endereço http://intranet.dpf.gov.br/institucional/voip/.

FONTE: INFORMATIVO DA PF N° 32, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010

Quadro LXVII – Notícia sobre a utilização do e-proc na Unidade Jurisdicionada

# Rio Grande do Sul utiliza IPL eletrônico

A Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Sul já está utilizando o sistema E-PROC - Processo Eletrônico, denominado Inquérito Eletrônico para a atividade policial, em funcionamento na área de abrangência do TRF/4ª REGIÃO-RS/SC/PR. Superada a fase inicial de adaptação ao novo recurso virtual, a SR/RS já conta com 100% de seus procedimentos instaurados no corrente ano, sob a jurisdição da Justiça Federal, em regime virtual.

O inquérito policial sem papel ainda era situação inédita no País. Foi necessário construir uma sistemática própria para que a SR/RS pudesse operar a nova ferramenta. O novo modelo utilizado pela PF gaúcha prestigia os princípios da economia processual, da eficiência, da efetividade e da celeridade procedimental, atributos buscados com prioridade pelo projeto desenvolvido pelos técnicos do TRF da 4ª Região.

O IPL eletrônico é uma adequação à era da comunicação imediata, barata, segura e de baixo impacto ambiental, permitindo aos policiais federais comunicação com os representantes do Ministério Público e Juízes Federais de forma instantânea e a qualquer tempo e lugar.

*Por Ubiratan Antunes Sanderson, Escrivão de Polícia Federal, classe especial, pós-Graduado em Gestão da Segurança Pública pela ULBRA/RS e Gerente do sistema E-PROC na SR/DPF/RS. Porto Alegre/RS, 19 de outubro de 2010.*

FONTE: INFORMATIVO DA PF N° 34, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Quadro LXVIII – Certificação de nível de gestão da UJ baseado no modelo “GesPública”

## Planejamento certifica gestão da Polícia Federal

Autoavaliações pelo modelo Gespública garantem certificação às superintendências da PF

Delegado da PF Aldair da Rocha, representante da região Nordeste

18/06/2010

Na segunda-feira (14) a Polícia Federal recebeu do Ministério do Planejamento a certificação do nível de gestão baseado no modelo Gespública. O reconhecimento é fruto das autoavaliações realizadas em maio deste ano nas 27 superintendências da PF e na Academia Nacional de Polícia.

A certificação mostra que as organizações estão engajadas no processo de melhoria da sua gestão e se propuseram a realizar autoavaliações periódicas para identificar pontos fortes e fracos. Segundo o gerente do Escritório de Projetos da Polícia Federal, delegado Hélio Sant' Anna, a instituição é a primeira polícia do Brasil a trabalhar fortemente com gestão. "No passado, a PF se preocupava com a capacitação dos policiais para investigação. A partir de 2007, com a administração do Dr. Luiz Fernando Corrêa, passou a se acreditar que, com gestão, conseguiríamos atingir nossos objetivos de maneira mais rápida e eficiente", explicou.

Para Hélio Sant' Anna a gestão é fundamental devido a alguns trabalhos que a PF realiza para o cidadão. "A Polícia Federal oferece serviços como emissão de passaporte. Então, hoje nós damos uma importância grande para a área de polícia administrativa e atendimento ao cidadão". Ainda de acordo com gerente do EP, os Planos de Melhoria das unidades já "alimentaram e deram asas a vários projetos da Polícia Federal que estão em andamento".

O diretor geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, ficou satisfeito com as autoavaliações. Segundo ele, o diagnóstico é importante para corrigir a gestão da polícia no seu planejamento estratégico. O objetivo é aprimorar a prestação de serviços com qualidade. Por isso a PF pretende dar continuidade às autoavaliações do programa Gespública. "Quando nos propusemos a planejar e introduzir o conceito de gestão, foi com esse compromisso. E é importante estarmos alinhados com as diretrizes do governo federal", ressaltou.

Fonte: Disponível em <http://www.gespublica.gov.br/folder_noticia/noticia.2010-06-18.2647310428/>. Acesso em: 25 março.2011.